

Allianz Seguros S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	3
Parecer dos atuários independentes	6
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

**Aos Conselheiros e Diretores da
Allianz Seguros S.A
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Allianz Seguros S.A (“Seguradora”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Allianz Seguros S.A em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Luciene Teixeira Magalhães

Contador CRC RJ-079849/O-3



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Parecer dos atuários independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Allianz Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Allianz Seguros S.A. (“Seguradora”), em 31 de dezembro de 2017, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.



Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Allianz Seguros S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

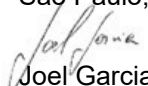
Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Allianz Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2017 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação junto a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.


Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55
CIBA 48

Anexo I

Allianz Seguros S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2017
Total de provisões técnicas	3.962.599
Total de provisões técnicas auditadas	3.962.599
Total de ativos de resseguro	1.474.178
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2017
Provisões Técnicas (a)	3.962.599
Valores redutores (b)	2.111.469
Total a ser coberto (a-b)	1.851.130
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2017
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	470.741
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	470.741
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	647.165
Exigência de Capital (CMR) (b)	470.741
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	176.424
Ativos Garantidores (d)	1.981.779
Total a ser Coberto (e)	1.851.130
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	130.649
Ativos Líquidos (g)	130.649
Capital de Risco (CR) (h) (*)	489.715
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	27%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2017
0111, 0112, 0234, 0272, 0457, 0523, 0526, 0544, 0627, 0644, 0819, 0859, 0860, 0870, 1109, 1163, 1164, 1279, 1457	385
0524	385
0274	500
0929, 0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0990, 1329, 1369, 1377, 1380, 1383, 1390	1.000
1381	1.500
0520, 0531, 0542, 0982, 0991, 0993, 1391	1.523
0310, 0351, 0378, 0433, 0525, 1417, 1433	1.820
1101, 1102, 1103, 1104, 1105, 1106, 1107, 1108	2.000
0553	3.000
0621, 0622, 0632, 0638, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658	3.500
0435, 0437, 1428, 1528, 1535, 1537, 1597	4.000
0739, 0740, 0745, 0746, 0747, 0750, 0775, 0776, 1061	4.800
0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0173, 0196, 1065, 1066, 1068, 1130, 1162	5.000
	10.000

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		3.071.939	3.321.281
DISPONÍVEL		31.445	27.240
Caixa e bancos		31.445	27.240
APLICAÇÕES	5.1	775.112	732.081
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.212.020	1.097.159
Prêmios a receber	6.1	953.134	825.132
Operações com seguradoras	6.2	21.722	6.650
Operações com resseguradoras	6.3	237.164	265.377
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	21.820	17.818
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	722.773	1.171.661
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		21.639	6.987
Títulos e créditos a receber		3.424	4.203
Créditos tributários e previdenciários	19.1	17.445	2.224
Outros créditos		770	560
OUTROS VALORES E BENS		27.371	25.862
Bens à venda	8	27.111	25.716
Outros valores		260	146
DESPESAS ANTECIPADAS		197	982
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	9	259.562	241.491
Seguros		259.562	241.491
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.596.036	2.400.728
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.306.165	2.113.141
APLICAÇÕES	5.1	1.215.035	1.127.301
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		54.117	62.122
Prêmios a receber	6.1	54.117	62.122
OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS	7	6	6
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS	14.2	751.405	645.991
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		247.106	241.661
Títulos e créditos a receber		5.547	5.971
Créditos tributários e previdenciários	19.1	121.729	107.618
Depósitos judiciais e fiscais	15	118.075	122.519
Outros créditos operacionais	15	1.755	5.553
OUTROS VALORES E BENS		-	16
EMPRÉSTIMOS E DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS		8.678	8.164
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		29.818	27.880
Seguros	9	29.818	27.880
INVESTIMENTOS		211.294	196.386
Participações societárias	10.1	207.122	192.170
Imóveis destinados à renda	10.2	4.172	4.216
IMOBILIZADO	10.2	42.615	49.446
Imóveis de uso próprio		1.128	1.376
Bens móveis		16.663	20.964
Outras imobilizações		24.824	27.106
INTANGÍVEL	10.3	35.962	41.755
Outros intangíveis		35.962	41.755
TOTAL ATIVO		5.667.975	5.722.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE		3.057.983	3.374.423
CONTAS A PAGAR		201.764	213.566
Obrigações a pagar	11	119.718	147.493
Impostos e encargos sociais a recolher		63.638	53.402
Encargos trabalhistas		13.122	12.671
Impostos e contribuições		5.286	-
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		416.217	496.123
Prêmios a restituir		640	194
Operações com seguradoras		5.574	8.919
Operações com resseguradoras	12	304.870	366.970
Corretores de seguros e resseguros		99.985	100.396
Outros débitos operacionais		5.148	19.644
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	13	9.417	11.562
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	2.399.589	2.622.528
Danos		2.266.671	2.524.934
Pessoas		115.881	82.284
Vida individual		16.775	15.074
Vida com cobertura por sobrevivência		262	236
OUTROS DÉBITOS		30.996	30.644
Provisões judiciais	15	30.996	30.644
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.730.049	1.598.657
CONTAS A PAGAR		7.478	4.681
Obrigações a pagar	11	7.478	4.681
DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		45.847	35.974
Operações com resseguradoras	12	42.939	32.529
Corretores de seguros e resseguros		2.908	3.445
PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS	14.1	1.563.010	1.445.750
Danos		1.143.236	1.083.680
Pessoas		417.385	360.287
Vida individual		2.389	1.783
OUTROS DÉBITOS		113.714	112.252
Provisões judiciais	15	113.714	112.252
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	879.943	748.929
Capital social		1.661.743	1.323.035
Aumento de capital (em aprovação)		-	169.354
Reservas de reavaliação		1.451	1.453
Ajustes de avaliação patrimonial		13.964	1.219
Prejuízos acumulados		(797.215)	(746.132)
TOTAL PASSIVO		5.667.975	5.722.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais exceto resultado do exercício por ação)

	Nota	2017	2016
PRÊMIOS EMITIDOS LÍQUIDOS	18.1	3.057.093	2.719.052
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		(171.168)	(257.525)
(=) PRÊMIOS GANHOS	17.1	2.885.925	2.461.527
(-) SINISTROS OCORRIDOS	18.2	(1.736.499)	(1.976.762)
(-) CUSTOS DE AQUISIÇÃO	18.3	(565.946)	(522.668)
(+) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	18.5	(42.429)	18.911
(+) RESULTADO COM RESSEGURO	18.4	(286.623)	(29.450)
(+) RECEITA COM RESSEGURO		209.444	525.752
(-) DESPESA COM RESSEGURO		(496.067)	(555.202)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	18.6	(376.621)	(492.424)
(-) DESPESAS COM TRIBUTOS	18.7	(40.695)	(61.754)
(-) RESULTADO FINANCEIRO	18.8 e 18.9	218.286	210.282
(-) RESULTADO PATRIMONIAL	18.10	(75.127)	(991)
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(19.729)	(393.329)
(+) GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	18.11	1.338	(28)
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		(18.391)	(393.357)
(-) IMPOSTO DE RENDA	19.2	(8.236)	(96.450)
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19.2	(7.145)	(46.745)
(-) PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO		(17.327)	(19.966)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		(51.099)	(556.518)
(/) QUANTIDADE DE AÇÕES		1.725.891.233	1.407.592.544
(=) Resultado do exercício por ação		(0,03)	(0,40)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(51.099)	(556.518)
Varição no valor justo dos ativos financeiros		
Reconhecidos por ativos próprios	19.746	45.825
Reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial	3.427	3.081
Efeitos tributários sobre lucros abrangentes	(10.428)	(19.673)
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES	(38.354)	(527.285)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento capital (em aprovação)	Reserva de		Prejuízos acumulados	Total
			Reavaliação	Ajustes com TVM		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2016	984.035	149.000	1.772	(28.014)	(189.936)	916.857
AUMENTO DE CAPITAL:	339.000	20.354	-	-	-	359.354
AGO/E de 26/10/2015 - Portaria SUSEP 1309/16	149.000	(149.000)	-	-	-	-
AGO/E de 18/02/2016 - Portaria SUSEP 1338/16	95.000	-	-	-	-	95.000
AGO/E de 03/06/2016 - Portaria SUSEP 98/16	95.000	-	-	-	-	95.000
AGO/E de 21/12/2016 - Portaria SUSEP 241/17	-	169.354	-	-	-	169.354
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Realização líquida de tributos	-	-	(319)	-	322	3
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	29.233	-	29.233
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	27.367	-	27.367
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	1.866	-	1.866
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(556.518)	(556.518)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.323.035	169.354	1.453	1.219	(746.132)	748.929
AUMENTO DE CAPITAL:	338.708	(169.354)	-	-	-	169.354
AGO/E de 21/12/2016 - Portaria SUSEP 241/17	169.354	(169.354)	-	-	-	-
AGO/E de 30/03/2017 - Portaria SUSEP 367/17	99.620	-	-	-	-	99.620
AGO/E de 30/06/2017 - Portaria SUSEP 538/17	69.734	-	-	-	-	69.734
RESERVA DE REAVALIAÇÃO						
Realização líquida de tributos	-	-	(2)	-	16	14
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	12.745	-	12.745
Reconhecidos por ativos próprios	-	-	-	10.860	-	10.860
Reconhecidos por equivalência patrimonial	-	-	-	1.885	-	1.885
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(51.099)	(51.099)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.661.743	-	1.451	13.964	(797.215)	879.943

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA METODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	(51.099)	(556.518)
Ajustes para:		
Provisão Imposto de renda e contribuição social do exercício	15.381	143.195
Depreciação e amortizações	14.736	15.680
(Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	-	(141)
Resultado de equivalência patrimonial	86.933	11.965
(Ganho) na alienação de imobilizado	(1.267)	(473)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial disponíveis para venda	10.860	27.367
Variação da provisões técnicas	450.014	480.795
Variação da redução ao valor recuperável	(13.133)	(33.953)
Outros ajustes	13	3
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(184.289)	(50.731)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(94.350)	148.210
Ativos de resseguro	290.758	206.602
Créditos fiscais e previdenciários	(37.494)	24.803
Despesas antecipadas	785	420
Outros ativos	(589)	14.726
Depósitos judiciais e fiscais	4.444	2.003
Outras contas a pagar	(14.291)	11.341
Impostos e contribuições	5.286	(4.218)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(70.033)	(66.615)
Depósitos de terceiros	(2.145)	(75.886)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(522.987)	(461.812)
Provisões judiciais	1.814	6.246
Caixa líquido (consumido) pelas operações	(110.653)	(156.991)
Imposto sobre lucros pagos	(7.219)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(117.872)	(156.991)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	2.126	2.198
Resgate de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	1.561.600	418.336
Pagamento pela compra:		
Investimentos	(100.000)	(4.000)
Imobilizado	(2.927)	(2.166)
Aplicações de títulos disponíveis para venda e mantidos até o vencimento	(1.508.076)	(593.594)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(47.277)	(179.226)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	169.354	359.354
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	169.354	359.354
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.205	23.137
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	27.240	4.103
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	31.445	27.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Allianz Seguros S.A. (“Seguradora”) é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, 303, controlada no Brasil pela Allianz do Brasil Participações Ltda. e cujo controlador em última instância é a Allianz SE. Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a Seguradora opera em todas as modalidades de seguros dos segmentos de ramos elementares e pessoas cuja abrangência se dá em todo território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

As demonstrações financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 517/15, e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras individuais, foi observado o modelo de publicação contido na referida Circular SUSEP.

2.1 Base de elaboração

A preparação das demonstrações financeiras individuais considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ativos mensurados a valor justo por meio do resultado e os ativos para venda mensurados pelo valor justo deduzidos os custos de venda (salvados) – valor realizável líquido.

As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.2 Circulante e não circulante

A cada data de balanço a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os valores cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data base. Os saldos dos ativos e passivos sem vencimento definido são classificados no ativo e passivo circulante e compreendem, substancialmente, as aplicações financeiras em quotas de fundos de investimentos.

2.3 Moeda funcional

A moeda do ambiente econômico principal a qual a Seguradora utiliza na preparação das demonstrações financeiras individuais é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período.

2.4 Estimativas e julgamentos

A preparação das referidas demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 – Aplicações financeiras
- Nota 6.1 – Prêmios a receber (Redução ao valor recuperável)
- Nota 6.3 – Operações com resseguradores
- Nota 11 – Obrigações a pagar (contrato oneroso)
- Nota 14 – Provisões técnicas
- Nota 15 – Provisões judiciais
- Nota 19.1 – Créditos tributários e previdenciários

2.5 Conclusão das demonstrações financeiras individuais

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras individuais foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2018.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

3.1 Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC 11 – Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como “Contratos de Seguros”.

Os contratos de resseguros são também classificados como contratos de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo.

A cessão de resseguro é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. O prêmio mínimo de depósito é diferido de acordo com a natureza do contrato. Para contratos do tipo LOD – *Losses Occurring During*, o diferimento é feito em 12 meses, para contratos do tipo RAD – *Risk Attaching*, o diferimento é feito em 24 meses.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes dos contratos de resseguro são baixados com base nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas a análise dos resseguradores.

Os prêmios de seguros, de cosseguros e resseguros cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da emissão e reconhecidos no resultado de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e as operações de retrocessão são informadas pelo IRB.

Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE), são reconhecidos com base em estimativas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado ao longo do período de recebimento das parcelas dos prêmios.

3.2 Instrumentos financeiros

Os critérios de classificação, mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, aplicados pela seguradora estão assim descritos:

3.2.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem saldos em conta movimento sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses com risco insignificante de mudança de valor justo e não vinculadas à cobertura de provisões técnicas ou dadas em outras formas de garantia. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

3.2.2 Valor justo por meio de resultado

São classificados nessa categoria os ativos financeiros em que a Seguradora opera com finalidade e estratégia de manter negociações ativas e frequentes. O gerenciamento e a tomada de decisões de compras e vendas destes investimentos são baseados em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, alinhados ao gerenciamento dos passivos oriundos das operações de seguros. Esses ativos são registrados pelo valor justo, e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

3.2.3 Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros caracterizados pela intenção da Administração em mantê-los até o vencimento, não comprometendo a capacidade financeira da Seguradora. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuídos. Após reconhecimento, estes instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e acrescidos dos rendimentos auferidos.

3.2.4 Disponíveis para venda

Ativos financeiros não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas líquidas dos efeitos

tributários no patrimônio líquido. No momento em que esses ativos são alienados, os saldos anteriormente classificados no patrimônio líquido são reconhecidos no resultado do período.

3.2.5 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos ao valor justo, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, e compreendem os valores registrados nas rubricas “Créditos das operações com seguros e resseguros”, “Outros créditos operacionais” e “Títulos e créditos a receber”.

3.2.6 Valor justo dos ativos financeiros

O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: (i) títulos públicos - apurado com base nos preços de mercado secundários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA); (ii) os certificados de depósitos bancários são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos atrelados à variação do CDI, que se aproximam de seu valor justo; (iii) as quotas de fundos de investimentos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço.

3.2.7 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em outros instrumentos financeiros. Os passivos financeiros da Seguradora contemplam substancialmente obrigações com fornecedores e contas a pagar.

3.2.8 Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A estimativa de perda para riscos de crédito sobre prêmios a receber foi constituída com base na parcela do prêmio que pode não ser recebida. A metodologia de cálculo desta estimativa considera o percentual de inadimplência por *aging* para cada linha de negócios. Tais percentuais são obtidos através da análise histórica de recebimentos.

A metodologia da redução ao valor recuperável sobre as operações a recuperar com resseguradores é baseada no *aging* dos créditos vencidos e o *rating* de crédito das resseguradoras, cuja prestação de contas já foi apresentada a contraparte. A partir dessa separação, aplicou-se o percentual de inadimplência calculado de acordo com a base histórica de recuperações de sinistros.

A avaliação para redução dos valores recuperáveis de cosseguro cedido considera o montante total a receber de recuperação acima de 180 dias e nos quais não existe ainda tratativa ativa com as congêneres.

Os montantes das estimativas constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos não financeiros deve ser avaliado para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo. É reconhecida uma perda por *impairment* no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4 Bens à venda – salvados

Bens patrimoniais integralmente indenizados aos segurados, em decorrência de um evento de sinistro. A mensuração de um salvado é feita em relação ao seu valor referencial de mercado, deduzidos dos custos diretamente relacionados à venda.

A parcela estimada dos salvados a recuperar, cujo sinistro foi avisado e ainda não pago, é contabilizada como redutora da provisão de sinistros a liquidar.

Para o grupo de ramos automóvel, os testes de consistência realizados pela Seguradora indicaram que não há necessidade de constituição de redução ao valor recuperável, visto que o valor de abertura do salvado é muito próximo ao valor da venda e, na média, em até 12 meses, os salvados à venda são efetivamente liquidados. Para os demais ramos, a Seguradora aplicou o critério onde, na ausência de estudo, deve-se efetuar a redução ao valor recuperável do montante total superior ao período de sessenta dias em relação a data de cadastro do salvado, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15, artigo 168.

3.5 Investimentos

3.5.1 Participações societárias

Refere-se a investimento na controlada Allianz Saúde S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

3.5.2 Imóveis destinados à renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação destes imóveis. Tais ativos foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada, e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável.

3.6 Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. O *software* adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

As benfeitorias em imóvel de terceiros referem-se aos gastos realizados com instalações, melhorias e outras benfeitorias, de uso administrativo, com o objetivo de adequá-las às necessidades de utilização da Seguradora. A amortização é calculada de acordo com o prazo determinado em contrato.

Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A apuração do ganho ou perda na alienação de um item do ativo imobilizado é calculada entre o valor efetivo recebido na alienação e o valor contábil residual do bem, sendo registrado no resultado do período.

3.7 Intangível

Gastos com desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, são apresentados deduzidos da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas à medida que são incorridas. A amortização é calculada sobre o custo do ativo sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, visto que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.8 Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 no exercício para imposto de renda e a 20% sobre o lucro tributável para a contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. Ambos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados por ocasião das demonstrações financeiras e desreconhecidos em consonância a legislação vigente.

Os ativos e passivos fiscais circulantes e diferidos oriundos de tributos sobre o lucro e lançados pela mesma autoridade tributária, são compensados para a sua apresentação no balanço patrimonial.

3.9 Provisões técnicas - seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as normas e determinações vigentes. No passivo circulante e não circulante as provisões técnicas de seguros estão classificadas em: (a) Danos; (b) Pessoas; (c) Vida individual e (d) Vida com cobertura de sobrevivência.

3.9.1 Provisão de prêmios não ganhos – PPNG

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio comercial, correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método “pró-rata die” tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A provisão para riscos vigentes, mas não emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com o prêmio observado nas diversas carteiras da Seguradora, considerando-se a data do início de vigência de cada documento e a sua respectiva data de emissão.

3.9.2 Provisão de sinistros a liquidar - PSL

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras individuais. Esta provisão contempla, quando aplicável, os ajustes para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER).

Para registro dos sinistros em discussão judicial a Seguradora aplica metodologia específica, a qual prevê a determinação dos valores de abertura considerando a melhor estimativa, conforme formulação obtida através de estudos estatísticos atuariais que levam em consideração, entre outros fatores, a correlação histórica entre o valor pedido e o valor indenizado. As decisões judiciais que determinam pagamentos de reclamações oriundas de apólices vigentes, mesmo que sem cobertura prévia, são consideradas como sinistros e registradas como provisões técnicas. Os desfechos judiciais cujos eventos não estejam relacionados à apólice, com exceção dos riscos vigentes e ainda não emitidos e a riscos ocorridos fora da vigência da apólice, são classificados como outros débitos. Caso um evento lançado inicialmente como outros débitos for identificado como ocorrido dentro da vigência da apólice, este poderá sofrer alteração, sendo classificado como sinistro quando houver tal caracterização. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos na PSL.

3.9.3 Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados – IBNR

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, sendo calculada com metodologia *Chain Ladder* tomando por base o desenvolvimento dos montantes de sinistros incorridos, distribuídos pelas datas de movimento e datas de ocorrência. O cálculo desta provisão considera o histórico de sinistros ocorridos, incluindo os casos em ação judicial, movimentados até a data base de cálculo. São utilizados 36 períodos de desenvolvimento, os quais, dependendo da característica de cada agrupamento de ramos são utilizados agrupamentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais. A expectativa de salvados e ressarcimentos, quando aplicável, está registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no IBNR.

3.9.4 Provisão de despesas relacionadas – PDR

A Seguradora constitui, de forma segregada das demais provisões de sinistros, a provisão de despesas relacionadas para a cobertura dos valores esperados decorrentes das despesas relacionadas a sinistros e benefícios.

3.9.5 Provisão complementar de cobertura – PCC

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, *improvement* da Escala G e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizada pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura.

3.9.6 Provisão matemática de benefícios a conceder (Vida com Cobertura por Sobrevivência)

Garante ao segurado o resgate referente ao plano contratado após o término da vigência, caso não tenha ocorrido nenhum sinistro desde que cumpridas todas as condições deste seguro. Contempla a totalidade do prêmio pago, corrigido monetariamente, líquido de IOF.

3.9.7 Teste de adequação de passivos (TAP)

A Seguradora elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo legislação vigente e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzida da despesa de comercialização

diferida (custos de aquisição diferidos) e comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

As premissas utilizadas foram:

- O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros salvados e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.
- Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP – ETTJ Pré-fixada.
- De acordo com a legislação vigente, o teste foi segmentado em seguro de pessoas e danos. Não foram incluídos nos testes os passivos relacionados às operações de retrocessão.
- Consideramos na projeção dos sinistros a ocorrer premissas de sinistralidade e despesa futura baseadas no portfólio atual da Seguradora.
- Para os seguros de vida em *run-off* a premissa de mortalidade utilizada foi tábua BR-EMS vigente, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G para produtos com cobertura por sobrevivência.

As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR, PMBC) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável.

As provisões de prêmios (PPNG-RVNE, PMBAC) foram consideradas adequadas, tanto para o segmento de Danos quanto o de Pessoas, quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio.

Para os produtos em *run-off* (seguros de vida sem reenquadramento por faixa etária) os fluxos relacionados aos prêmios não registrados, sinistros a ocorrer e despesas correspondentes, o resultado do teste de adequação do passivo apresentou necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC) que monta R\$ 281 milhões (líquido de resseguro) em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 253 milhões em 31 de dezembro de 2016).

3.10 Provisões judiciais e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados nas demonstrações financeiras individuais quando aplicável.

3.11 Contrato oneroso

Caracterizado quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato original excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato, provenientes de alterações nas condições de mercado. Tais contratos são reconhecidos e mensurados como provisões, sendo a diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente.

Neste contexto, Seguradora possui contrato de aluguel de 100% do atual edifício sede, sendo que ocupa atualmente 51% do espaço utilizável e subloca 29% da estrutura.

A partir de abril de 2018 a Seguradora não continuará a sublocar os espaços não ocupados, ficando apenas com o espaço ocupado atualmente. As obrigações decorrentes de multas contratuais dos contratos que serão encerrados foram devidamente provisionadas e estão apresentadas na nota explicativa 11.

3.12 Benefícios aos colaboradores

As despesas com benefícios obrigatórios e espontâneos concedidos aos colaboradores são lançadas como despesa à medida que ocorrem.

A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência privada, administrado por instituição de previdência contratada para esta finalidade, para seus colaboradores e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade com predominância em renda fixa. Os aportes mensais são calculados com base em salário base de contribuição do participante.

A Seguradora possui programa de participação dos colaboradores nos lucros, conforme disposto nas Leis nº 10.101/00 e 12.832/13, devidamente acordado com o sindicato representativo da categoria,

sendo o valor correspondente registrado em “Obrigações a pagar”. O cálculo da participação dos colaboradores considera, na sua composição, indicadores de desempenho interno e o alcance de metas, não estando desta forma, restrito ao resultado líquido apurado no exercício.

O rol de benefícios contempla ainda assistência médica ou seguro saúde, plano odontológico, auxílios: alimentação, refeição, combustível, creche, casamento e natalidade, complementação ao auxílio doença, seguro de vida em grupo e assistência funeral, e são reconhecidas no resultado à medida que incorridas.

3.12.1 Plano de incentivo baseado em ações

O programa de incentivo de longo prazo utilizado pelo Grupo Allianz, a nível mundial, para os principais executivos, concentra-se no aumento do valor da marca Allianz obtidos através do atingimento de performance individual e premissas previamente determinadas pelo Grupo.

O Plano *Allianz Equity Incentive* (AEI) é concedido sob a forma de unidades de estoque restritas (RSUs), e faz parte de um novo componente de remuneração variável para os beneficiários do plano.

As RSUs estão sujeitas a um período de aquisição de quatro anos e referem-se a ações virtuais. O valor justo é calculado subtraindo o valor presente líquido dos pagamentos de dividendos futuros esperados até o vencimento, bem como o valor justo do limite correspondente ao preço médio da ação prevalecente na data de avaliação (nota 21).

4. GESTÃO DE RISCOS

A Seguradora possui uma estrutura de gestão de riscos que segue os padrões do Grupo Allianz e o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, refletindo o seu tamanho, natureza e complexidade. Esta estrutura é liderada pelo *Chief Risk Officer* (CRO) que tem sob sua responsabilidade a área de Riscos e Controles Internos estando, desta forma, o sistema de controles internos totalmente integrado com a gestão de riscos.

O CRO e sua estrutura assumem o papel de “segunda linha de defesa”, e tem como finalidade monitorar se a Seguradora está sendo gerida dentro do apetite de riscos definido pela alta Administração e seus acionistas. A estrutura de gestão de riscos, através de um conjunto de metodologias e ferramentas próprias de gestão de riscos, permite também identificar e avaliar se há riscos aos quais a Seguradora se encontra exposta que possam estar fora da sua tolerância, além de traçar o perfil de riscos da companhia. Assim, é possível avaliar se há riscos que demandam uma estratégia de mitigação de forma a evitá-los, transferi-los através de resseguro, ou simplesmente aceitá-los conscientemente como parte dos negócios.

O processo de gestão de riscos conta com a participação de todas as camadas da Seguradora que possuem papéis e responsabilidades relativos à gestão de riscos dentro das suas áreas de atuação. Essa abordagem permite a identificação dos riscos que possam ter um impacto significativo nas operações da Seguradora e também no seu desempenho financeiro e econômico. Caso estes riscos venham a se materializar, a alta Administração e o Grupo Allianz tomarão as medidas necessárias para restaurar e preservar a continuidade de suas operações e a sua posição econômico-financeira.

Para garantir que a Seguradora esteja em total concordância com o requerido pela Circular SUSEP nº 521/15, foi instaurado um grupo multidisciplinar do qual os membros a ele pertencentes não tiveram participação na definição ou elaboração dos processos, metodologias e ferramentas para a gestão de riscos. O grupo é composto pelos responsáveis das seguintes áreas: Compliance, Segurança da Informação, Atuária, Investimentos, Contabilidade e CFO. Este grupo avaliou e atestou que a estrutura de gestão de riscos atende ao requerido pela referida Circular.

A estrutura de gestão de riscos da Seguradora é descrita mais detalhadamente nas próximas seções.

4.1 Governança de risco

Uma governança corporativa bem definida é um pilar fundamental para permitir que a estrutura de gestão de riscos e o sistema de controles internos da Seguradora operem efetivamente. A Seguradora possui um Conselho de Administração, cujas funções incluem convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, dentre outras responsabilidades. Cabe ao Comitê Executivo definir as ações estratégicas e assegurar que elas sejam implementadas de forma a garantir o sucesso da Seguradora.

A estrutura de governança de gestão de riscos da Seguradora segue os padrões e princípios estipulados pelo Grupo Allianz e é formada por um conjunto de Comitês que possuem mandatos específicos e documentados.

O Comitê de Risco (RiCo) tem como objetivo principal garantir que as estratégias, políticas e os processos de gestão de riscos da Seguradora operem de forma eficaz para assegurar que os riscos significativos da empresa sejam adequadamente identificados, avaliados e mitigados. O Comitê de Riscos, que se reúne regularmente, é liderado pelo CRO e tem como membros Diretores Executivos e representantes do Grupo Allianz. Isto garante a completa independência do CRO e também mitiga potenciais conflitos de interesse. Para reforçar esta independência, o CRO possui linha direta de reporte com o CRO do Grupo Allianz e sua equipe de gestão de riscos corporativos do Grupo, uma linha indireta com o CEO e também uma linha direta com o Conselho de Administração.

Há outros comitês que complementam a governança de gestão de riscos da Seguradora cujas responsabilidades são focadas em esferas e áreas de riscos específicos. Os principais comitês são:

- O Comitê de Ética avalia periodicamente a necessidade de atualização, reformulação, modernização e cumprimento do Código de Ética da Seguradora, que é a referência máxima da Seguradora e do Grupo Allianz na condução dos seus negócios;
- O Comitê de Reservas estabelece diretrizes gerais para o cálculo, constituição e manutenção de reservas nos níveis considerados necessários e prudentes e respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Investimentos estabelece diretrizes gerais para a gestão de investimentos da Seguradora que busque maximizar a rentabilidade dos ativos, observando os fatores de segurança, solvência e riscos de crédito, mercado e liquidez, respeitando a regulamentação em vigor e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Grupo Allianz;
- O Comitê de Auditoria, dentre suas atribuições, avalia a efetividade dos controles internos da Seguradora com evidenciação das deficiências detectadas através de relatório específico para este fim.

4.2 Riscos de seguros

4.2.1 Riscos de danos e pessoas

O risco de seguro pode ser definido como sendo o risco transferido por qualquer contrato que exista a incerteza de que o evento de seguro ocorra (sinistro) e onde haja incerteza sobre o valor de indenização. Os contratos de seguro transferem risco significativo, onde possuímos a obrigação de desembolso de benefício adicional aos nossos segurados. Desta forma todas as áreas envolvidas no processo agem ativamente sobre a gestão de riscos de seguros, definição de políticas operacionais e avaliação de processos.

O principal risco assumido é o risco de que a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos nossos segurados sejam maiores do que previamente estimados segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que devemos pagar para fazer face aos eventos de sinistros.

A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas as políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros.

Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados periodicamente. Os contratos de resseguros firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a pulverizar a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade.

As indenizações de riscos são devidas aos segurados na medida em que os sinistros ocorram e a Seguradora automaticamente passa ter o dever de efetuar a indenização de todos os eventos cobertos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, seja ele considerado de curto ou longo prazo, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) e/ou Provisão de Sinistros Não Suficientemente Avisados (IBNER). Ambas desenvolvidas para absorverem riscos inerentes a avisos posteriores à ocorrência do evento indenizável. Como parte integrante do risco de seguro, o custo estimado de sinistros inclui despesas diretas a serem incorridas na liquidação dos sinistros. A Seguradora adota diversos procedimentos para garantir que as informações relativas à sua exposição de sinistros são adequadas. Todavia, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, é provável que a liquidação final se mostre diferente do passivo inicialmente constituído. Estas provisões incluem o IBNR, IBNER e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL). Entretanto, os valores de sinistros judiciais, são particularmente sensíveis à jurisprudência relativa à matéria em questão.

O quadro a seguir apresenta a estrutura dos prêmios emitidos antes e após as cessões de resseguros cedidos.

Agrupamento	Prêmios Emitidos		Prêmios de Resseguros		Prêmios Retidos		Retenção		Resseguros	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Automóvel	1.830.105	1.454.927	(4.072)	(3.761)	1.826.033	1.451.166	100%	100%	-	-
Patrimonial	409.124	447.066	(178.862)	(222.809)	230.262	224.257	56%	50%	44%	50%
Transporte	294.882	286.523	(130.735)	(177.236)	164.147	109.287	56%	38%	44%	62%
Responsabilidades	96.370	140.511	(57.373)	(95.120)	38.997	45.391	40%	32%	60%	68%
Rural	107.771	118.393	(38.453)	(66.441)	69.318	51.952	64%	44%	36%	56%
Pessoas	271.382	227.229	(52.019)	(29.821)	219.363	197.408	81%	87%	19%	13%
Demais	56.847	61.629	(34.279)	(51.798)	22.568	9.831	40%	16%	60%	84%
Totais	3.066.481	2.736.278	(495.793)	(646.986)	2.570.688	2.089.292	84%	76%	16%	24%

4.2.2 Seguro de vida

O gerenciamento dos riscos atrelados ao seguro de vida, comercializados pela Seguradora, leva em consideração, para fins de precificação, as tábuas de mortalidades aprovadas em nota técnica, reduzidas pelo repasse de resseguro. Para os riscos individuais a parametrização de longevidade é efetuada através de sistema, sendo os capitais segurados e os prêmios atualizados anualmente com base na variação do IPCA/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor Amplo / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) ou, na falta deste, do IPC/IBGE (Índice de Preços ao Consumidor / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), acumulados nos 12 (doze) meses que antecedem os 4 (quatro) meses anteriores ao do aniversário da apólice. Estes seguros, também estão estruturados no critério tarifário por idade, independente da atualização monetária prevista no item acima, os prêmios correspondentes a cada segurado são reenquadrados anualmente, na data de aniversário da apólice, de acordo com a mudança de idade do segurado.

Para os seguros coletivos, são realizados acompanhamentos mensais dos resultados, objetivando neutralizar os riscos de persistência e riscos de despesas. Caracterizados desvios durante a execução dos trabalhos são propostos ajustes nas comissões ou aumento de taxas visando o equilíbrio atuarial.

4.2.3 Análise de sensibilidade de sinistros

A técnica utilizada para análise de sensibilidade foi baseada nas práticas utilizadas para cenário de teste de estresse com base em simulações estocásticas. Cada percentual atribuído na análise de sensibilidade no quadro a seguir foi estabelecido conforme a referida metodologia.

Premissas - teste de estresse	31.12.2017					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(1.558.576)	(1.371.987)	(77.929)	(68.599)	(1.636.505)	(1.440.586)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(83.333)	(60.479)	(4.167)	(3.024)	(87.500)	(63.503)
Redução de 5% na recuperação de salvados	97.369	89.010	(4.868)	(4.451)	92.501	84.559
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	21.809	16.951	(1.090)	(848)	20.719	16.103

Premissas - teste de estresse	31.12.2016					
	Saldo Contábil		Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido		Saldo	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Aumento de 5% nos sinistros	(1.843.900)	(1.343.376)	(92.195)	(67.169)	(1.936.095)	(1.410.545)
Aumento de 5% das despesas com sinistros	(72.303)	(47.075)	(3.615)	(2.354)	(75.918)	(49.429)
Redução de 5% na recuperação de salvados	95.886	82.097	(4.794)	(4.104)	91.092	77.993
Redução de 5% nas receitas de ressarcimentos	16.660	11.594	(833)	(580)	15.827	11.014

4.2.4 Risco de subscrição

O risco de subscrição relaciona-se à volatilidade entre o valor dos sinistros esperados e o valor real. Observa-se principalmente os riscos de subscrição (Prêmio e Resseguro) e riscos de reserva. Atualmente são realizados estudos que analisam a suficiência de prêmios perante o passivo atuarial, aplica-se metodologia estocástica com cenários econômicos para a otimização de contratos de resseguro e acompanhamento de reservas e/ou flutuações atípicas durante o período corrente baseado em metodologias atuariais específicas.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização além de estratégias de transferência de risco ou resseguros.

O risco de catástrofe natural, que envolve, por exemplo, risco de perdas relacionadas a alagamento, vendaval e outros eventos, é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a danos. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio, por região e linha de negócios, baseada nas importâncias seguradas inscritas. A exposição aos riscos varia significativamente por região e pode mudar ao longo do tempo. As políticas de resseguros e cosseguros também abordam os riscos e coberturas para catástrofes.

Importância segurada por regiões geográficas Valores Brutos de Resseguros Cedidos

Linhas de Negócios	31.12.2017					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Automóvel	987.997.741	722.278.549	164.937.068	19.584.782.775	2.835.465.405	24.295.461.538
Patrimonial	38.610.433	120.812.465	16.227.050	475.548.442	194.392.446	845.590.836
Transporte*	65.025.382	19.101.948	21.463.445	23.593.788	131.829.684	261.014.247
Demais	3.370.488	26.243.219	1.564.765	44.739.400	10.792.259	86.710.131
Totais	1.095.004.044	888.436.181	204.192.328	20.128.664.405	3.172.479.794	25.488.776.752

*Excluindo valor de R\$ 38.322.282 mil de transportes internacionais.

Linhas de Negócios	31.12.2016					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Automóvel	1.669.389.820	1.384.336.566	348.007.274	26.177.828.245	6.433.094.990	36.012.656.895
Patrimonial	45.860.564	136.706.155	18.184.320	615.854.390	175.098.948	991.704.377
Transporte*	6.388.839	6.139.580	64.560	123.802.308	52.780.508	189.175.795
Demais	3.054.629	1.723.713	483.442	37.247.132	11.486.852	53.995.768
Totais	1.724.693.852	1.528.906.014	366.739.596	26.954.732.075	6.672.461.298	37.247.532.835

*Excluindo valor de R\$ 52.341.952 mil de transportes internacionais.

Valores Líquidos de Resseguros Cedidos

Linhas de Negócios	31.12.2017					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Automóvel	64.683.132	69.018.928	18.464.893	513.373.733	213.124.161	878.664.847
Patrimonial	15.216.080	51.030.594	5.987.379	169.898.878	106.752.837	348.885.768
Transporte*	1.169.294	1.535.373	324.931	8.461.901	3.499.024	14.990.523
Demais	2.426.611	669.708	282.901	7.530.592	7.673.751	18.583.563
Totais	83.495.117	122.254.603	25.060.104	699.265.104	331.049.773	1.261.124.701

*Excluindo valor de R\$ 260.453 mil de transportes internacionais.

Linhas de Negócios	31.12.2016					Total
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
Automóvel	27.038.333	42.904.235	12.692.310	296.298.864	126.988.897	505.922.639
Patrimonial	12.716.391	28.377.083	4.399.283	143.414.129	71.615.095	260.521.981
Transporte*	70.841	18.699	505	299.790	363.021	752.856
Demais	1.754.884	541.831	160.367	6.689.390	6.679.481	15.825.953
Totais	41.580.449	71.841.848	17.252.465	446.702.173	205.646.494	783.023.429

*Excluindo valor de R\$ 58.001 mil de transportes internacionais.

Cobertura em:	31.12.2017		31.12.2016	
	Valores Brutos de resseguros	Valores líquidos de resseguros	Valores Brutos de resseguros	Valores líquidos de resseguros
Real	25.468.239.733	1.261.147.203	37.220.697.364	783.039.835
Dólar	58.859.301	237.951	79.177.423	41.595
Totais	25.527.099.034	1.261.385.154	37.299.874.787	783.081.430

4.3 Riscos financeiros

4.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é definido como sendo o risco de que os emissores de ativos financeiros e/ou contrapartes de transações de investimento, cosseguro ou resseguro não cumpram as suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. Caso o risco de crédito, o qual a Seguradora está exposta, se materialize, o patrimônio líquido da carteira de investimentos poderá ser afetado negativamente e/ou poderá haver perdas financeiras significativas devido ao não recebimento de coberturas contratadas junto às empresas de resseguro.

O Comitê de Riscos propõe limites de exposição a crédito em linha com o apetite de risco, aprovado pelo Comitê Executivo.

O Comitê de Investimentos é responsável por manter o risco de crédito relacionado aos emissores de ativos financeiros dentro do limite de risco da Seguradora e do Grupo Allianz. O Comitê de Investimento determina que seja mantido um alto percentual do seu total de ativos investido em títulos do governo brasileiro. Além disso, as composições dos fundos de investimento também são avaliadas do ponto de vista de risco de crédito pelas áreas internas da Seguradora e pelos bancos gestores dos fundos, observando a necessidade de concentração em ativos com melhor *rating* avaliado pelas agências competentes. Internamente, essas avaliações mensais são efetuadas tanto por métodos administrados pela área de riscos e controles internos da Seguradora como também por um sistema gerenciado pelo Grupo Allianz.

Para o risco de crédito associado às empresas de resseguro, o Grupo Allianz possui uma política restritiva de exposição ao risco de crédito de contrapartes que é seguida pela Seguradora. Conforme definido no apetite de risco, o painel de resseguradores usado pela Seguradora é monitorado pelo *Security Vetting Team* do Grupo Allianz quem estipula os limites de exposição a parceiros e contrapartes baseando-se nos respectivos *ratings*.

A Seguradora também possui exposição de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados (prêmios a receber) e minimiza esta exposição através de dois processos principais. A política de subscrição e emissão de apólices da Seguradora leva em consideração o *credit score* dos segurados pessoas físicas e pessoas jurídicas durante o processo de aceitação, ou não, do risco de seguro. Posteriormente, caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados nas datas de vencimento, a Seguradora segue a regulamentação brasileira de cancelamento das apólices de seguros. Estes processos são de responsabilidade das áreas técnicas e de cobrança, respectivamente, e são monitoradas pelas áreas financeira e de risco.

4.3.1.1 – Exposição ao risco de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Seguradora e seus *ratings*. Os títulos brasileiros foram baseados na avaliação da agência S&P (Standard & Poor's) que separa os títulos emitidos em moeda nacional em curto (B) e longo (BB) prazo.

Os prêmios a receber, classificados na rubrica “Empréstimos e recebíveis” foram segregados em pessoa jurídica, utilizando *rating* individual das agências classificadoras (S&P) e *rating* soberano brasileiro (se não disponível), e pessoa física incluídos na categoria “sem classificação de *rating*”.

Agência Classificadora	31.12.2017				Sem Classificação <i>Rating</i>	Total
	brAA; brAA-; brAA+; brAAA	brA; brA-; brA+; brA- 1; brA-2; brA-3	brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCC; brF1; brF2			
	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br	A1.br; A2.br; A3.br	Ba1.br; Baa3.br; BR- 1; BR-2; BR-3			
	A+; A++	A; A-	B++; BB-			
Disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa privados	-	7.706	-	-	7.706	
Títulos de renda fixa públicos	-	-	1.509.829	-	1.509.829	
Mantido até o vencimento						
Títulos de renda fixa públicos	-	-	374.337	-	374.337	
Valor justo por meio de resultado						
Quotas de fundos de investimentos	7.269	1.233	693	88.418	97.613	
Outras Aplicações	-	-	-	662	662	
Total aplicações financeiras	7.269	8.939	1.884.859	89.080	1.990.147	
Empréstimos e recebíveis						
Prêmios a receber	4.137	1.038	329.515	672.561	1.007.251	
Recuperação de sinistros resseguro	75.067	129.963	-	32.134	237.164	
Exposição máxima ao risco de crédito	86.473	139.940	2.214.374	793.775	3.234.562	

Agência Classificadora	31.12.2016				
	brAA; brAA-; brAA+; brAAA		brA; brA-; brA+; brA-1; brA-2; brA-3		brBB+; brBBB-; brBBB+; brC; brCC; brF1; brF2
	Aa1.br; Aa2.br; Aa3.br; Aaa.br		A1.br; A2.br; A3.br		Ba1.br; Baa3.br; BR-1; BR-2; BR-3
	A+; A++		A; A-		B++
				Sem Classificação Rating	Total
Disponíveis para venda					
Títulos de renda fixa privados	-	6.764	-	-	6.764
Títulos de renda fixa públicos	-	-	1.214.811	-	1.214.811
Mantido até o vencimento					
Títulos de renda fixa públicos	-	-	583.871	-	583.871
Valor justo por meio de resultado					
Quotas de fundos de investimentos	3.315	18.223	3.067	28.073	52.678
Outras Aplicações	-	-	-	1.258	1.258
Total aplicações financeiras	3.315	24.987	1.801.749	29.331	1.859.382
Empréstimos e recebíveis					
Prêmios a receber	37.267	733	327.017	522.237	887.254
Recuperação de sinistros resseguro	90.124	125.204	-	50.049	265.377
Exposição máxima ao risco de crédito	130.706	150.924	2.128.766	601.617	3.012.013

4.3.1.2 – Exposição ao risco com resseguradores

As operações de resseguro são gerenciadas pela Seguradora dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelo regulador. As exposições de risco das contrapartes de resseguro são firmadas somente com resseguradores que detêm elevado grau de crédito, atribuídos por agências classificadoras.

Os Prêmios cedidos aos resseguradores estão assim apresentados:

RATING	CLASSE DE RESSEGURADORAS							
	LOCAL		ADMITIDA		EVENTUAL		TOTAL	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
A	189.116	292.559	31	999	-	-	189.147	293.558
A-	83.066	28.746	93	64	-	47	83.159	28.857
AA-	33.289	28.921	38.934	48.600	529	446	72.752	77.967
AA	-	-	26.159	4.004	25.823	38.875	51.982	42.879
A+	427	2.368	32.896	114.828	248	89	33.571	117.285
A++	-	101	-	13	-	137	-	251
NR	5.943	4.848	-	-	-	-	5.943	4.848
Totais	311.841	357.543	98.113	168.508	26.600	39.594	436.554	565.645

Não inclui Variação dos Riscos Vigentes e Não Emitidos de prêmios de resseguro R\$ -1.186 (R\$ 638 em 31 de dezembro de 2016).

4.3.2 Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações dos mercados financeiros, que causam mudanças na avaliação econômica de ativos e passivos em virtude de flutuações nas taxas de juros, preços e taxas de câmbio.

Mensalmente a área de riscos fornece para a área de *asset management* um relatório em que são considerados os valores de mercado de todos os ativos e os impactos nesses valores em caso de alteração na taxa de juros tanto na margem de solvência da Seguradora quanto em seu resultado financeiro.

Há outras considerações importantes que são analisadas pelo Comitê de Investimentos para permitir que o risco de mercado seja bem gerenciado e mitigado como, por exemplo, o monitoramento e análise contínua de sensibilidade de juros. O Comitê de Investimentos também impõe limites relacionados à exposição da carteira em risco de mercado.

4.3.2.1 Risco de juros

O risco na taxa de juros resulta da variação na taxa de juros de mercado dos ativos que compõem o portfólio da Seguradora, impactando seus preços e, conseqüentemente, a rentabilidade do mesmo.

Os ativos são classificados como disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e a preços de mercado (valor justo). A avaliação desses ativos é feita pelo banco custodiante com base em manual próprio de marcação a mercado e validada pela área de investimentos.

31.12.2017

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio	
			líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	909.742	(40.026)	869.716
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	441.739	(87.704)	354.035
Pós-fixados		158.348	-	158.348
Ativos privados disponíveis para venda-pós-fixados		7.706	-	7.706
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixado		156.431	(182)	156.249
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	217.906	(342)	217.564
Outros		97.613	-	97.613
Totais		1.989.485	(128.254)	1.861.231

31.12.2016

Classes	Premissas	Saldo Contábil	Efeitos no resultado e Patrimônio	
			líquido	Saldo Ajustado
Ativos públicos disponíveis para venda				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	645.543	(7.988)	637.555
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	184.273	(25.903)	158.370
Pós-fixados	-	384.995	-	384.995
Ativos privados disponíveis para venda pós-fixados	-	6.764	-	6.764
Ativos públicos mantidos até o vencimento				
Pré-fixado	Aumento de 4 p.p na taxa	370.653	-	370.653
Inflação	Aumento de 4 p.p na taxa	213.218	-	213.218
Outros-valor justo por meio do resultado	-	52.678	-	52.678
Totais		1.858.124	(33.891)	1.824.233

4.3.2.2 Risco de preço

O risco de preço decorre da variação do preço de negociação de um determinado instrumento financeiro. A Seguradora não possui exposição em ações ou outros ativos financeiros que sofram variação de preço que não os relativos às variações de juros, conforme mencionado no item anterior. Dessa forma, a gestão do risco de preços é realizada exclusivamente por meio da análise de sensibilidade de juros.

4.3.2.3 Risco de câmbio

Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento.

Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos.

4.3.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco no curto prazo de que obrigações de pagamentos correntes ou futuros que não possam ser cumpridos ou cumpridos com condições alteradas. Este risco pode surgir principalmente se existir incompatibilidade entre o calendário de pagamentos e obrigações de financiamento.

Há dois fatores importantes que precisam ser analisados para permitir que o risco de liquidez seja bem gerenciado e mitigado: casamento de ativos e passivos e monitoramento da liquidez da carteira de aplicações financeiras.

O fluxo de caixa da companhia é monitorado diariamente pelas áreas de riscos e *asset management*, o que permite que qualquer risco iminente de liquidez seja identificado e remediado imediatamente. Periodicamente é feita a projeção do fluxo de caixa e é apurado o índice de liquidez a partir de cenários de stress e limites em conformidade com o apetite de risco.

4.3.3.1 Exposição de risco de liquidez

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

O percentual do total de ativos que deve ser aplicado por tipo de papel e por prazo de vencimento são decididos e aprovados semestralmente pelo Comitê de Investimentos. Esses limites são estabelecidos com o intuito de alinhar os vencimentos dos ativos financeiros com o desenvolvimento médio dos passivos da Seguradora.

A Seguradora aplica em ativos corrigidos por inflação, pré-fixados e pós-fixados, visando à proteção pela diversificação do ativo e alinhamento com a correção do passivo que pode ser corrigido por índices variados.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Os fluxos de caixa contratuais não descontados para ativos e passivos originados pelas operações de seguro estão assim apresentados:

31.12.2017					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Aplicações financeiras	98.275	676.837	540.389	674.646	1.990.147
Créditos das operações com seguros e resseguros	173.478	1.055.522	33.105	4.032	1.266.137
Ativos de resseguros - provisões técnicas	-	742.664	357.729	399.984	1.500.377
Outros ativos	27.111	33.386	4.559	5.459	70.515
Total dos ativos financeiros	330.309	2.508.409	935.782	1.084.121	4.858.621
Provisões técnicas	-	2.399.589	629.049	933.961	3.962.599
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	416.217	29.899	15.948	462.064
Contas a pagar	12.919	168.154	5.434	1.184	187.691
Total dos passivos	12.919	2.983.960	664.382	951.093	4.612.354

31.12.2016					
Descrição	A vista ou sem vencimento definido	Em até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Acima 3 anos	Total
Aplicações financeiras	53.344	678.737	557.440	569.269	1.858.790
Créditos das operações com seguros e resseguros	154.188	960.729	28.340	16.024	1.159.281
Ativos de resseguros - provisões técnicas	-	1.191.138	314.140	343.177	1.848.455
Outros ativos	25.716	20.270	6.256	13.991	66.233
Total dos ativos financeiros	260.488	2.850.874	906.176	942.461	4.959.999
Provisões técnicas	-	2.622.528	552.135	893.615	4.068.278
Débitos das operações com seguros e resseguros	-	496.123	23.330	12.644	532.097
Contas a pagar	17.013	166.250	2.281	2.401	187.945
Total dos passivos	17.013	3.284.901	577.746	908.660	4.788.320

A Administração considera, para avaliação de seu capital circulante líquido, os ativos financeiros classificados na categoria disponível para venda cujo vencimento é superior a um ano, tendo em vista a liquidez imediata destes ativos.

4.3.3.2 Fundos de investimento

Embora o resgate das quotas em fundos de investimento seja imediato para a Seguradora, é possível realizar a abertura conforme as classes de ativos e seus vencimentos com o intuito de medir a liquidez dos ativos em que os fundos aplicam. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

Descrição	31.12.2017					31.12.2016				
	até 1 ano	De 1 a 3 anos	mais que 3 anos	mais que 5 anos	Total geral	até 1 ano	De 1 a 3 anos	mais que 3 anos	Total geral	
Contas a Pagar e tesouraria	(4)	-	-	-	(4)	10	-	-	10	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.479	51.253	30.025	479	86.236	2.343	-	823	3.166	
Letra Financeira (LF)	2.654	1.864	-	-	4.518	-	-	-	-	
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.233	-	2.143	-	3.376	1.724	-	-	1.724	
Debêntures	518	766	270	1.859	3.413	-	6.954	769	7.723	
Cotas de fundos de investimento	74	-	-	-	74	37.448	1.071	1.536	40.055	
Totais	8.954	53.883	32.438	2.338	97.613	41.525	8.025	3.128	52.678	

4.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, ineficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e de eventos externos, excluindo desse conceito os riscos estratégico e reputacional e incluindo os riscos legais e de *compliance*.

A gestão de risco operacional acompanha os diversos cenários de exposição a riscos aos quais o Grupo Allianz está sujeito, refletindo o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que a Seguradora tem com os acionistas, colaboradores, órgãos reguladores e sociedade.

A Seguradora adota um processo interno de avaliação de riscos, identificação, implementação e adequação dos controles internos baseado na metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), com foco nos principais processos que afetam os reportes financeiros da Companhia.

A Seguradora possui um sistema global de monitoramento de seus riscos operacionais. A utilização de um sistema único permite um acompanhamento dos registros dos eventos e possibilita a criação e/ou adequação de seus controles internos visando evitar novas ocorrências similares.

Caso os riscos operacionais venham a se materializar e gerar perdas operacionais, a Seguradora também possui processos para a coleta das mesmas que foi revisado para se adequar aos requerimentos da Circular SUSEP nº 517/15 relacionados à Base de Dados de Perdas Operacionais (BDPO). A implantação da BDPO no formato requerido pela SUSEP está finalizada e, atualmente, a Seguradora utiliza sistema próprio para o armazenamento de eventuais perdas operacionais que venham a ocorrer.

4.5 Outros riscos

As outras três categorias primárias para a identificação, avaliação e mitigação de riscos são: risco reputacional, risco estratégico e risco de custos.

O risco de reputação é o risco de perda direta ou perda de negócios futuros causados por uma queda na reputação da Seguradora, entre os seus *stakeholders* (acionistas, clientes, colaboradores, parceiros de negócios ou o público em geral). Normas e políticas do Grupo devem ser seguidas por todas as empresas do mundo com o intuito de reduzir esse tipo de risco.

Existem também processos e mecanismos que permitem o monitoramento e gestão dos riscos associados com a estratégia da Seguradora e os custos dessa estratégia, como o processo anual de revisão e aprimoramento do plano trienal de cada subsidiária do Grupo que incluem considerações detalhadas de custos atuais e projetados, como também níveis de solvência durante o período do plano.

4.6 Gestão de capital

O Grupo Allianz mantém um rigoroso controle de contrapartes permitidas para negociação de resseguro assim como de investimento em ativos com baixo risco de crédito. A Seguradora utiliza modelo interno para cálculo de capital econômico que está alinhado com o modelo interno do Grupo. Isto permite a utilização dos fatores reduzidos conforme Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) nº 321/15 e nº 343/16 (alteração) para cálculo de Risco de Subscrição.

Os valores do capital mínimo requerido e patrimônio líquido ajustado são acompanhados mensalmente pelos membros do Comitê de Riscos, juntamente com a observância do cumprimento das políticas internas de subscrição visando um crescimento lucrativo da Seguradora. Se algum indicador financeiro ou econômico mostrar qualquer desalinhamento com os objetivos e limites impostos pelo Grupo Allianz e os agentes regulatórios, existem mecanismos e processos que podem ser postos em prática para preservar a saúde financeira e econômica da Seguradora. Estes processos envolvem formulação de planos estratégicos específicos de remediação de possíveis deficiências econômico-financeiras e podem incluir aporte de capital do Grupo Allianz para permitir o crescimento sustentável da Seguradora.

4.6.1 Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos das Resoluções vigentes, na data de 31 de dezembro de 2017, o cálculo do patrimônio líquido ajustado (PLA) deverá ser igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). O capital de risco é apurado com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. Em 31 de dezembro de 2017 a Seguradora apresentou os seguintes resultados de PLA e CMR:

	31.12.2017
Patrimônio Líquido	879.943
Ajustes contábeis	
(-) Despesas antecipadas	(197)
(-) Ativos intangíveis	(35.962)
(-) Participação societária	(207.122)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
(+/-) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.481
Ajuste superávit entre provisões exatas e fluxo realista de prêmios/contribuições utilizado no cálculo da PCC	6.022
Patrimônio Líquido ajustado (a)	647.165
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	470.741
Capital base (c)	15.000
Capital adicional de risco (d)	470.741
Capital adicional de risco de subscrição	412.705
Capital adicional de risco de crédito	59.922
Capital adicional de risco operacional	19.021
Capital adicional de risco de mercado (*)	21.002
Correlação entre os riscos	(41.909)
Suficiência de capital (a) – (b)	176.424
Índice de solvência	137,5%

(*) Conforme disposições transitórias, alínea “a”, parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP nº 321/15, em 31 de dezembro de 2017 o montante exigido do capital de risco de mercado passou a ser 100% do valor calculado, em 31 de dezembro de 2016 foi considerado somente 50% do montante.

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/16.

As sociedades supervisionadas devem apresentar liquidez em relação ao CR superior a 20%, situação em que o montante de ativos líquidos é superior à necessidade de cobertura de provisões técnicas, em no mínimo 20% do CR obtido ao se desconsiderar, no cálculo de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

Descrição	31.12.2017
Total da provisões técnicas a serem cobertas	1.851.130
Total dos ativos vinculados	1.981.779
Ativos Líquidos - Suficiência (a)	130.649
Liquidez em relação ao CR	
Capital de Risco-CR (b)	489.715
Índice de liquidez em relação ao CR %(*) (a / b)	27%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/15 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição e Hierarquia do valor justo

A classificação e composição por categoria e vencimento das aplicações financeiras estão detalhadas no quadro a seguir. O portfólio classificado como valor justo por meio de resultado está apresentado no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimentos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

31.12.2017								
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano	Entre 1 a 5	Acima 5	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
		ou indeterminado	anos	anos				
Disponíveis para Venda		458.931	536.256	522.348	1.517.535	76%	1.517.535	1.495.229
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	7.706	-	-	7.706	-	7.706	7.726
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	45.754	395.985	441.739	22%	441.739	444.339
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	26.957	78.709	105.666	5%	105.666	101.655
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	110.694	47.654	158.348	8%	158.348	158.336
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	451.225	352.851	-	804.076	41%	804.076	783.173
Mantido até o vencimento		217.906	156.431	-	374.337	19%	382.485	374.337
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	156.431	-	156.431	8%	161.671	156.431
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	217.906	-	-	217.906	11%	220.814	217.906
Valor justo por meio de resultado		97.613	-	-	97.613	5%	97.613	97.613
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	97.613	-	-	97.613	5%	97.613	97.613
Outras aplicações	Nível 2	662	-	-	662	-	662	662
Totais		775.112	692.687	522.348	1.990.147	100%	1.998.295	1.967.841

31.12.2016								
Títulos	Nível hierárquico	Em até 1 ano	Entre 1 a 5	Acima 5	Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	
		ou indeterminado	anos	anos				
Disponíveis para Venda		463.825	424.419	333.331	1.221.575	66%	1.221.575	1.219.015
Títulos de renda fixa - CDB	Nível 2	6.764	-	-	6.764	-	6.764	6.794
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	-	184.273	184.273	10%	184.273	184.531
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	157.241	-	-	157.241	8%	157.241	157.255
Títulos de renda fixa - LFT	Nível 1	-	235.937	149.058	384.995	21%	384.995	385.202
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	299.820	188.482	-	488.302	27%	488.302	485.233
Mantido até o vencimento		214.912	368.959	-	583.871	31%	581.574	583.871
Títulos de renda fixa - NTN-F	Nível 1	-	155.741	-	155.741	8%	154.950	155.741
Títulos de renda fixa - NTN-B	Nível 1	-	213.218	-	213.218	11%	211.733	213.218
Títulos de renda fixa - LTN	Nível 1	214.912	-	-	214.912	12%	214.891	214.912
Valor justo por meio de resultado		52.678	-	-	52.678	3%	52.678	52.678
Quotas de fundos de investimentos	Nível 2	52.678	-	-	52.678	3%	52.678	52.678
Outras aplicações	Nível 2	1.258	-	-	1.258	-	1.258	1.258
Totais		732.673	793.378	333.331	1.859.382	100%	1.857.085	1.856.822

O item "Outras aplicações" contempla o montante de R\$ 662 referente à depósitos no IRB registrado no ativo circulante (em 31 de dezembro de 2016 R\$ 666 IRB e R\$ 592 registrado no ativo não circulante referente o resultado financeiro do Consórcio para Regularização do Mercado Segurador).

5.2 Movimentação das aplicações financeiras

	Saldo em 31.12.2016	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31.12.2017
Disponíveis para venda	1.221.575	1.508.076	(1.346.600)	114.738	19.746	1.517.535
Mantido até o vencimento	583.871	-	(215.000)	5.466	-	374.337
Valor Justo por meio de resultado	52.678	709.715	(674.975)	10.195	-	97.613
Outras Aplicações	1.258	4	(600)	-	-	662
Totais	1.859.382	2.217.795	(2.237.175)	130.399	19.746	1.990.147

	Saldo em 31.12.2015	Aquisição	Alienação	Resultado Financeiro	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31.12.2016
Disponíveis para venda	855.470	593.594	(358.263)	84.949	45.825	1.221.575
Mantido até o vencimento	606.759	-	(60.073)	37.185	-	583.871
Valor Justo por meio de resultado	169.904	818.005	(950.026)	14.795	-	52.678
Outras Aplicações	1.258	-	-	-	-	1.258
Totais	1.633.391	1.411.599	(1.368.362)	136.929	45.825	1.859.382

5.3 Taxa de juros contratada

Em 31 de dezembro de 2017, o retorno total auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Seguradora totalizou R\$ 207.199, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 11,15% no exercício, representando 111,47% da variação do CDI do período.

No exercício de 2016 o retorno total auferido totalizou R\$ 234.438, calculados a valor de mercado, relativos à taxa média contratada de 14,95% ao ano (106,3% do CDI do período).

6. PRÊMIOS A RECEBER

Compostos substancialmente pelas emissões diretas e cosseguros aceitos, sendo registrados no ativo circulante e não circulante, os prêmios a receber estão assim compostos:

6.1 Composição dos prêmios a receber

Ramos agrupados	31.12.2017			31.12.2016		
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	559.534	(2.221)	557.313	452.721	(3.755)	448.966
Patrimonial	136.192	(408)	135.784	142.040	(2.066)	139.974
Transporte	115.237	(8.540)	106.697	87.102	(11.568)	75.534
Responsabilidades	48.614	(200)	48.414	63.631	(559)	63.072
Rural	13.694	(1.962)	11.732	18.420	(4.116)	14.304
Pessoas	68.693	(965)	67.728	56.059	(1.890)	54.169
Demais	81.520	(1.937)	79.583	91.897	(662)	91.235
Totais	1.023.484	(16.233)	1.007.251	911.870	(24.616)	887.254

6.1.1 Prêmios a receber por vencimento

	31.12.2017			31.12.2016		
	Vincendos	Vencidos	TOTAL	Vincendos	Vencidos	TOTAL
Riscos vigentes e não emitidos	114.241	-	114.241	115.930	-	115.930
Entre 1 e 30 dias	287.635	22.575	310.210	266.709	10.564	277.273
Entre 31 e 180 dias	467.320	22.474	489.794	401.972	25.268	427.240
Entre 181 e 365 dias	48.930	7.343	56.273	22.631	13.222	35.853
Acima de 365 dias	37.137	15.829	52.966	44.364	11.210	55.574
Totais	955.263	68.221	1.023.484	851.606	60.264	911.870

6.1.2 Movimentação dos prêmios a receber

	31.12.2017	31.12.2016
Prêmios pendentes no início do exercício	911.870	977.157
Prêmios emitidos	3.454.299	3.222.814
Riscos vigentes e não emitidos	(1.689)	(7.233)
IOF	196.726	171.237
Cancelamentos	(395.517)	(496.529)
Recebimentos	(3.137.566)	(2.994.727)
Cosseguros aceitos vencidos	(4.639)	39.151
Prêmios pendentes no final do exercício	1.023.484	911.870

O prazo médio de parcelamento é de 6 (seis) meses.

6.1.3 Movimentação da redução do valor recuperável

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	24.616	46.807
Constituições	3.338	3.520
Reversões	(11.721)	(25.711)
Saldo no final do exercício	16.233	24.616

6.2 Operações com seguradoras

As operações com congêneres englobam parcelas vencidas dos prêmios a receber de cosseguros aceitos e a recuperação de sinistros e comissões das operações de cosseguro cedido.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Sinistros de cosseguros cedidos	18.044	2.158
Prêmios vencidos cosseguros aceitos	7.249	2.610
Comercialização cosseguros cedidos	367	1.875
Outros créditos de cosseguros cedidos	27	7
Redução ao valor recuperável	(3.965)	-
Totais	21.722	6.650

6.3 Operações com resseguradoras

Contempla adiantamentos operacionais e recuperações de sinistros entre a Seguradora e resseguradores.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Recuperação de sinistro	210.360	237.239
Adiantamentos operacionais	43.834	46.833
Outras provisões	-	63
Redução ao valor recuperável	(17.030)	(18.758)
Totais	237.164	265.377

7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Refere-se substancialmente a créditos acumulados juntos aos corretores e agentes e estão assim representados:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Créditos a compensar	16.153	6.808
Corretores	3.628	12.673
Ressarcimentos	2.040	2.059
Outros créditos	5	2.644
Redução ao valor recuperável	-	(6.360)
Totais	21.826	17.824

8. BENS À VENDA - SALVADOS

A composição dos salvados à venda está assim demonstrada:

Ramos Agrupados	31.12.2017						31.12.2016					
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	acima de 365 dias	Redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	6.611	10.389	5.147	3.908	-	26.055	7.234	11.762	4.155	1.897	-	25.048
Transportes	897	499	944	129	(1.572)	897	326	1.755	196	146	(2.097)	326
Patrimonial	86	124	31	42	(197)	86	188	256	110	70	(436)	188
Responsabilidades	32	70	-	20	(90)	32	71	30	62	6	(98)	71
Rural	22	47	13	-	(60)	22	83	35	-	-	(35)	83
Demais	19	110	10	-	(120)	19	-	-	-	-	-	-
Totais	7.667	11.239	6.145	4.099	(2.039)	27.111	7.902	13.838	4.523	2.119	(2.666)	25.716

9. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por montantes referentes às comissões de corretagem, relativos à comercialização de seguros e representam as parcelas a decorrer.

Estes montantes são diferidos ao longo do prazo de vigência das apólices e apropriados ao resultado do período.

Todos os demais custos de comercialização são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

A composição dos custos de aquisição diferidos, registradas no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Ramos agrupados	31.12.2017	31.12.2016
Automóvel	169.124	151.799
Patrimonial	43.688	45.748
Transporte	11.154	8.233
Responsabilidades	8.095	11.253
Rural	8.793	10.396
Pessoas	39.209	32.259
Demais	9.317	9.683
Totais	289.380	269.371

9.1 A movimentação dos custos de aquisição diferidos está assim apresentada:

	31.12.2017	31.12.2016
Saldo no início do exercício	269.371	266.758
Comissões	526.198	476.478
Recuperação de comissões	(1.341)	(674)
Outras despesas de comercialização	61.098	49.477
Custos de aquisição apropriados	(565.946)	(522.668)
Saldo no final do exercício	289.380	269.371

10. INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

10.1 A Seguradora participa no capital social da controlada Allianz Saúde S.A., seguradora especializada no ramo de saúde. A movimentação do investimento equivalente e o resultado de equivalência patrimonial estão assim apresentados:

Capital social	308.580
Quantidade de ações possuídas - ON	101.838.936
Percentual de participação	99,998%
Total de ativos	353.616
Total de passivos	146.500
Patrimônio líquido	294.051
Resultado líquido do exercício	(86.935)
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2016	198.285
Ajustes de avaliação patrimonial	1.866
Resultado de equivalência patrimonial	(11.965)
Aumento de capital em investimentos	4.000
Alteração no percentual de participação sobre exercício anterior	(16)
Saldo do investimento em 1º de janeiro de 2017	192.170
Ajustes de avaliação patrimonial	1.885
Resultado de equivalência patrimonial	(86.933)
Aumento de capital em investimentos	100.000
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2017	207.122

10.2 A movimentação do ativo imobilizado e dos imóveis destinados à renda está assim apresentada:

Descrição	Taxas de depreciação	31.12.2016		31.12.2017			Saldo	
		Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	contábil bruto	Depreciação acumulada
Terrenos e Edificações	0 à 4 %	5.592	-	(240)	(52)	5.300	14.480	(9.180)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	26.897	-	-	(2.275)	24.622	34.569	(9.947)
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	10.923	1.711	-	(2.821)	9.813	31.220	(21.407)
Computadores e periféricos	20%	7.448	618	(6)	(2.731)	5.329	29.084	(23.755)
Outras imobilizações	10%	2.802	598	(613)	(1.064)	1.723	5.401	(3.678)
Totais		53.662	2.927	(859)	(8.943)	46.787	114.754	(67.967)

Descrição	Taxas de depreciação	31.12.2015			31.12.2016			Saldo contábil bruto	Depreciação acumulada
		Saldo residual	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo residual	Depreciação		
Terrenos e Edificações	0 à 4 %	6.210	-	(566)	(52)	5.592	14.851	(9.259)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7%	29.173	-	-	(2.276)	26.897	34.569	(7.672)	
Equipamentos, móveis, máquinas e utensílios	10 à 20%	13.212	391	(2)	(2.678)	10.923	29.510	(18.587)	
Computadores e periféricos	20%	10.400	354	(2)	(3.304)	7.448	28.795	(21.347)	
Outras imobilizações	10%	3.764	1.421	(1.014)	(1.369)	2.802	6.534	(3.732)	
Totais		62.759	2.166	(1.584)	(9.679)	53.662	114.259	(60.597)	

10.3 A movimentação do intangível (Desenvolvimento de software interno) está assim apresentada:

	31.12.2017	31.12.2016
Saldos no início do exercício	41.755	47.756
Amortizações	(5.793)	(6.001)
Saldos no final do exercício	35.962	41.755
Custo	59.533	59.533
Amortização	(23.571)	(17.778)
Taxa anual de amortização	10%	10%

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

As obrigações a pagar, registradas no passivo circulante e não circulante, estão assim compostas em 31 de dezembro de 2017:

Descrição	31.12.2017					31.12.2016				
	A Vencer - Dias					A Vencer - Dias				
	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total	1 a 30	31 a 180	181 a 365	Mais de 365 ou sem vencimento definido	Total
Prestação de serviços terceiros	3.173	315	2.374	-	5.862	4.195	13.856	1.807	-	19.858
Contrato de aluguel	663	17.747	1.856	860	21.126	-	7.872	4.894	17.536	30.302
Obrigações com funcionários	206	22.661	650	425	23.942	-	25.818	-	-	25.818
Débitos de operações bancárias	-	-	-	12.919	12.919	-	-	-	17.013	17.013
Campanha de incentivo a corretores	4.447	-	9.838	-	14.285	1.255	2.768	1.400	-	5.423
Prestação de serviço - Partes relacionadas	27.085	-	-	-	27.085	26.641	-	-	-	26.641
Programa de incentivo baseado em ações	-	689	-	2.192	2.881	-	1.826	-	2.624	4.450
Fornecedores	13.636	2	-	-	13.638	14.407	12	-	-	14.419
IOF a Recolher	-	-	-	1.891	1.891	-	-	-	2.058	2.058
Outras obrigações a pagar	220	-	812	2.535	3.567	6.192	-	-	-	6.192
Totais	49.430	41.414	15.530	20.822	127.196	52.690	52.152	8.101	39.231	152.174

- A rubrica "Contrato de aluguel" considera provisão relativa a contrato oneroso no montante de R\$ 17.536 (R\$ 30.302 em 31 de dezembro de 2016), e provisão de multa por rescisão contratual de R\$ 3.235, conforme descrito na nota 3.11.
- As "Obrigações com funcionários" incorrem principalmente sobre participações nos resultados.
- Os itens que se encontram em fase de conciliação e são diretamente atribuíveis a créditos financeiros pendentes estão classificados em "Débitos de operações bancárias".
- As transações referentes a "Prestação de Serviços - Partes relacionadas" são inerentes obrigações futuras de curto prazo de serviços administrativos e de assistência a seguros (nota 20).
- As obrigações oriundas do programa de incentivos baseado em ações aos membros da Administração estão detalhadas na nota 21.

12. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

As operações com seguradoras contemplam substancialmente os prêmios cedidos às congêneres totalizando R\$ 5.574 (R\$ 8.919 em 31 de dezembro de 2016).

As operações com corretores de seguros e resseguros contemplam comissões a pagar aos corretores por ocasião dos prêmios de seguros emitidos. Em 31 de dezembro de 2017 os passivos totalizaram R\$ 102.893 (R\$ 103.841 em 31 de dezembro de 2016).

As operações com resseguradoras contemplam os registros dos prêmios emitidos de resseguros

cedidos, líquidos de suas respectivas comissões, os adiantamentos de sinistros recebidos e outros débitos decorrentes dos resseguros cedidos e estão assim demonstrados:

	RESSEGURADORAS							
	LOCAL		ADMITIDO		EVENTUAL		TOTAL	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Prêmios emitidos	199.864	173.154	77.213	103.124	12.821	34.316	289.898	310.594
Adiantamentos e outros débitos	22.378	62.060	34.613	24.582	920	2.263	57.911	88.905
Totais	222.242	235.214	111.826	127.706	13.741	36.579	347.809	399.499

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Contempla o recebimento antecipado de prêmios relativos a documentos em fase de emissão, créditos de Prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros aceitos e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

Outros depósitos são caracterizados por créditos que não puderam ser atribuídos como cobrança antecipada ou prêmios e emolumentos recebidos até a data do balanço.

Descrição	31.12.2017				31.12.2016				
	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Totais	1 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 365 dias	Mais de 365 dias	Totais
							365 dias		
Cobrança antecipada de prêmios	-	-	-	-	53	165	-	28	246
Prêmios e emolumentos recebidos	3.948	795	2.012	6.755	156	303	1.032	4.161	5.652
Outros depósitos	-	-	2.662	2.662	324	-	-	5.340	5.664
Totais	3.948	795	4.674	9.417	533	468	1.032	9.529	11.562

14. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS E RESSEGUROS

14.1 A composição das provisões técnicas está assim apresentada por agrupamentos de ramos:

Danos e Pessoas	31.12.2017							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	977.892	235.732	79.213	60.847	53.393	82.410	109.314	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	308.885	295.848	97.150	533.724	31.892	105.247	198.884	1.571.630
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.657	8.498	2.163	7.110	1.143	1.119	2.080	29.770
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	48.610	98.967	15.921	192.907	8.480	34.854	33.597	433.336
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	328.800	-	328.800
Outras provisões	-	-	-	-	-	262	-	262
Provisões técnicas - Seguros	1.343.044	639.045	194.447	794.588	94.908	552.692	343.875	3.962.599

Danos e Pessoas	31.12.2016							
	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	800.145	263.252	86.724	67.177	61.443	69.814	109.057	1.457.612
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	312.148	335.999	126.130	762.615	32.040	53.176	200.915	1.823.023
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.242	7.460	1.868	5.269	1.014	855	1.433	25.141
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	41.245	113.655	22.955	211.553	7.737	38.583	29.538	465.266
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	297.000	-	297.000
Outras provisões	-	-	-	-	-	236	-	236
Provisões técnicas - Seguros	1.160.780	720.366	237.677	1.046.614	102.234	459.664	340.943	4.068.278

14.2 Os Ativos de resseguros - provisões técnicas estão assim apresentadas, por agrupamento de ramos:

31.12.2017								
Danos e Pessoas	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	-	82.848	61.237	30.838	13.525	1.766	59.702	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	495	216.165	57.822	385.769	9.439	39.041	185.382	894.113
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2	3.563	1.427	4.720	364	10	1.404	11.490
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	69.167	12.426	154.812	3.069	1.442	30.243	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	47.500	-	47.500
Ativos de resseguro	497	371.743	132.912	576.139	26.397	89.759	276.731	1.474.178

31.12.2016								
Danos e Pessoas	Auto	Patrimonial	Transporte	Responsabilidades	Rural	Pessoas	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos	19	109.113	73.199	34.454	20.969	1.827	59.559	299.140
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	775	247.988	93.705	612.978	12.034	10.236	186.929	1.164.645
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1	3.074	1.214	3.514	397	15	1.063	9.278
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	-	80.708	17.808	173.755	2.676	2.031	23.611	300.589
Provisão complementar de cobertura - PCC	-	-	-	-	-	44.000	-	44.000
Ativos de resseguro	795	440.883	185.926	824.701	36.076	58.109	271.162	1.817.652

14.3 A movimentação das provisões técnicas, registrada no passivo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Descrição	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	1.457.612	487.244	(347.900)	1.845	1.598.801
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.620.866	2.275.390	(2.503.321)	(5.808)	1.387.127
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	213.093	5.184	(19.116)	-	199.161
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(10.936)	2.734	(6.456)	-	(14.658)
Provisão despesas relacionadas - PDR	18.549	121.851	(117.517)	34	22.917
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	6.592	545	(284)	-	6.853
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	482.086	18.994	(62.828)	-	438.252
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(16.820)	12.863	(959)	-	(4.916)
Provisão complementar de contribuição (PCC)	297.000	31.800	-	-	328.800
Outras provisões	236	26	-	-	262
Totais	4.068.278	2.956.631	(3.058.381)	(3.929)	3.962.599

Descrição	Saldo em 31.12.2015	Constituições	Reversões/Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2016
Provisão de prêmios não ganhos	1.458.332	409.456	(392.544)	(17.632)	1.457.612
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.760.497	2.420.729	(2.470.104)	(90.256)	1.620.866
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	216.971	38.775	(42.653)	-	213.093
PSL - Estimativa de salvados e ressarcidos	(14.585)	6.664	(3.015)	-	(10.936)
Provisão despesas relacionadas - PDR	18.643	116.041	(115.994)	(141)	18.549
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	7.919	979	(2.306)	-	6.592
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	345.400	169.022	(32.336)	-	482.086
IBNR - Estimativa de salvados e ressarcidos	(11.207)	1.603	(7.216)	-	(16.820)
Provisão complementar de contribuição (PCC)	56.490	240.510	-	-	297.000
Outras provisões	214	102	(80)	-	236
Totais	3.838.674	3.403.881	(3.066.248)	(108.029)	4.068.278

14.4 A movimentação das provisões técnicas de resseguro, registrada no ativo circulante e não circulante, está assim apresentada:

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2016	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2017
Provisão de prêmios não ganhos	299.140	85.696	(136.676)	1.756	249.916
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.037.685	504.097	(756.364)	(6.091)	779.327
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	126.960	5.176	(17.350)	-	114.786
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.698	31.359	(29.416)	80	8.721
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.580	296	(107)	-	2.769
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	300.589	11.860	(41.290)	-	271.159
Provisão complementar de cobertura - PCC	44.000	3.500	-	-	47.500
Ativos de resseguro	1.817.652	641.984	(981.203)	(4.255)	1.474.178

Danos e Pessoas	Saldo em 31.12.2015	Constituições	Reversões/ Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31.12.2016
Provisão de prêmios não ganhos	321.463	200.972	(206.746)	(16.549)	299.140
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	1.148.078	728.543	(753.647)	(85.289)	1.037.685
PSL - Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados	143.158	24.470	(40.668)	-	126.960
Provisão de despesas relacionadas - PDR	7.896	38.186	(39.202)	(182)	6.698
PDR - Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	2.996	370	(786)	-	2.580
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	184.364	144.744	(28.519)	-	300.589
Provisão complementar de cobertura - PCC	8.290	35.710	-	-	44.000
Ativos de resseguro	1.816.245	1.172.995	(1.069.568)	(102.020)	1.817.652

14.5 Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas - seguros

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Provisões técnicas	3.962.599	4.068.278
<u>Deduções:</u>		
Resseguros	(1.270.204)	(1.591.790)
Direitos creditórios	(716.497)	(678.638)
Custo de aquisição diferidos	(123.009)	(105.458)
Depósito judiciais	(1.759)	(3.431)
Depósito no IRB – FGGO	-	(592)
Totais	1.851.130	1.688.369
Ativos Vinculados		
Quotas de fundos de investimentos	97.613	52.678
Títulos de renda fixa - públicos	1.884.166	1.798.682
Totais	1.981.779	1.851.360
Suficiência	130.649	162.991

A suficiência do índice de liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) está representada na nota 4.6.1 – Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido.

14.6 Tabela de desenvolvimento de sinistros

A tabela abaixo demonstra o desenvolvimento dos sinistros avisados, considerando despesas relacionadas, porém não contempla valores de retrocessão, salvados e ressarcimentos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Brutos de resseguros cedidos (*)

	Período de Aviso do Sinistro										
	31.12.08	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	
No ano do aviso	765.459	1.019.608	947.749	1.238.108	1.660.616	2.018.818	2.098.428	2.115.615	1.608.772	1.742.027	
Um ano após o aviso	797.718	1.079.112	1.002.812	1.298.101	1.838.975	2.222.297	2.095.234	2.217.533	1.616.853	-	
Dois anos após o aviso	801.835	1.080.004	1.004.919	1.314.237	1.867.799	2.211.075	2.084.028	2.123.585	-	-	
Três anos após o aviso	807.400	1.081.543	990.975	1.319.221	1.882.972	2.208.898	2.103.462	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	809.154	1.084.623	995.206	1.326.562	1.891.568	2.225.026	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	814.275	1.083.936	994.921	1.326.675	1.891.709	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	820.207	1.087.511	999.543	1.339.008	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	820.015	1.088.210	1.002.468	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	815.738	1.090.027	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	810.814	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31.12.08	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	Total
Incorridos	810.814	1.090.027	1.002.468	1.339.008	1.891.709	2.225.026	2.103.462	2.123.585	1.616.853	1.742.027	15.944.979
(-) Pagos	792.585	1.075.848	982.734	1.310.509	1.673.942	2.143.240	2.047.976	1.868.300	1.508.021	1.233.390	14.636.545
Anterior a 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	96.353
Total da PSL	18.229	14.179	19.734	28.499	217.767	81.786	55.486	255.285	108.832	508.637	1.404.787

Líquido de resseguros cedidos (*)

	31.12.08	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	
No ano do aviso	655.035	772.486	759.559	961.657	1.214.747	1.555.483	1.424.550	1.348.332	1.301.096	1.412.727	
Um ano após o aviso	685.420	797.906	787.309	983.138	1.245.601	1.595.476	1.460.062	1.374.849	1.320.717	-	
Dois anos após o aviso	689.146	807.668	790.727	987.295	1.265.319	1.599.238	1.478.712	1.384.938	-	-	
Três anos após o aviso	694.139	811.169	789.373	991.112	1.261.544	1.607.608	1.483.537	-	-	-	
Quatro anos após o aviso	697.512	811.723	792.172	991.712	1.259.994	1.612.753	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso	700.117	809.760	792.641	994.203	1.263.931	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso	704.624	812.613	795.394	995.835	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso	706.535	813.751	796.856	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso	706.697	815.257	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso	705.952	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	31.12.08	31.12.09	31.12.10	31.12.11	31.12.12	31.12.13	31.12.14	31.12.15	31.12.16	31.12.17	Total
Incorridos	705.952	815.257	796.856	995.835	1.263.931	1.612.753	1.483.537	1.384.938	1.320.717	1.412.727	11.792.503
(-) Pagos	684.414	810.777	786.138	977.614	1.237.276	1.569.321	1.443.803	1.331.076	1.260.775	1.108.495	11.209.689
Anterior a 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.925
Total da PSL	21.538	4.480	10.718	18.221	26.655	43.432	39.734	53.862	59.942	304.232	616.739

(*) A tabela de desenvolvimento de sinistro não contempla a retrocessão no valor de R\$ 5.257.

Em relação aos sinistros judiciais, o valor é particularmente sensível à jurisprudência relativa a matéria em questão. Na estimativa da Provisão de sinistros a liquidar, a Seguradora utiliza-se de técnicas baseadas no histórico de pagamentos.

15. DEPÓSITOS E PROVISÕES JUDICIAIS

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31.12.2016	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2017	Saldos em 31.12.2017	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31.12.2017
Fiscais	108.358	1.973	(30)	110.301	116.253	2.132	(1)	329	118.713
Cíveis	5.392	1.417	(5.184)	1.625	20.940	6.114	(7.943)	-	19.111
Trabalhista	3.502	1.496	(665)	4.333	5.703	4.373	(3.190)	-	6.886
Sinistros	10.820	1.825	(9.074)	3.571	-	-	-	-	-
Totais	128.072	6.711	(14.953)	119.830	142.896	12.619	(11.134)	329	144.710

	Depósitos judiciais e fiscais				Provisões judiciais				
	Saldos em 31.12.2015	Adições	Baixas	Saldos em 31.12.2016	Saldos em 31.12.2015	Adições	Baixas	Atualização monetária	Saldos em 31.12.2016
Fiscais	110.731	1.897	(4.270)	108.358	110.259	12.465	(6.902)	431	116.253
Cíveis	5.933	1.423	(1.964)	5.392	21.758	8.821	(9.639)	-	20.940
Trabalhista	1.900	3.508	(1.906)	3.502	4.633	4.048	(2.978)	-	5.703
Sinistro	13.101	3.246	(5.527)	10.820	-	-	-	-	-
Totais	131.665	10.074	(13.667)	128.072	136.650	25.334	(19.519)	431	142.896

A Seguradora contesta, na esfera judicial, a constitucionalidade de certos impostos e contribuições, e responde a processos judiciais oriundos de sinistros e ações de natureza cível e trabalhista. As principais ações em curso, cujos montantes envolvidos são provisionados de acordo com os valores prováveis de desembolso, estão descritas abaixo:

15.1 INSS

15.1.1 Contribuição social e adicional sobre repasses de comissões pagas a corretores e honorários médicos (Processo nº 2001.61.00.004752-6)

Por meio dessa ação é questionada a obrigação tributária instituída pela Lei nº 9.876/99 e art. 22, I, da Lei 8.212/1991, que determinam o recolhimento de contribuição social e seu adicional sobre os repasses de comissões pagas a corretores de seguros e honorários médicos decorrentes de indenizações de seguro-saúde comercializados pela Allianz. A ação foi julgada improcedente, sendo interposto recurso de apelação, que pende de julgamento, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos.

15.2 PIS

15.2.1 Lei nº 9.718/98 (Processo nº 1999.61.00.058875-9)

Trata-se de mandado de segurança impetrado visando o reconhecimento da inconstitucionalidade do artigo 3º da Lei 9.718/98, que estabelece a incidência de PIS sobre as receitas da Seguradora. O pedido foi julgado procedente em primeira instância, para determinar o recolhimento do PIS na forma estabelecida pela LC 7/70. A decisão foi reformada pelo Tribunal. A Seguradora interpôs Recurso Extraordinário ao STF e obteve decisão procedente, afastando a aplicação do art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98. No decorrer do processo, a Seguradora efetuou o depósito judicial dos valores de PIS apurado com base na totalidade de suas receitas. Com o trânsito em julgado da decisão do STF, a Allianz requereu a conversão em renda à União dos valores depositados relativos ao PIS apurado sobre faturamento, bem como o levantamento dos valores relativos às demais receitas. Foi determinada a realização de perícia contábil pelo juízo para apuração do valor a ser levantado pela União.

15.2.2 PIS – EC 17/97 e MP 1.537-45/97 (Processo nº 97.0057213-7)

Essa ação discute a inconstitucionalidade da MP 1.537-45/97, que determina o recolhimento de PIS com base na receita bruta operacional. O pedido foi julgado parcialmente procedente e a Allianz interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente acolhido, mediante a realização de depósitos judiciais dos valores não recolhidos. Na sequência, foram interpostos recurso extraordinário e recurso especial, que pendem de apreciação juntamente com o recurso extraordinário interposto pela União (sobrestamento) até o julgamento do RE nº 578.846, que versa sobre a mesma matéria.

15.3 Ação Ordinária – PERDCOMPS (Processo nº 2009.61.00.026009-9)

A Allianz ingressou com ação declaratória em face da União visando anular decisões proferidas pela Receita que não admitiram o processamento de duas PERDCOMPS retificadoras de débitos de Imposto de Renda e COFINS. A ação foi julgada procedente, razão pela qual a União interpôs recurso de apelação, o qual foi acolhido. A Allianz interpôs recursos aos Tribunais Superiores, que pendem de julgamento.

15.4 IOF - DL 1.071/94 (Processo nº 94.0031909-6)

O presente processo foi proposto pelo Banco Braseg para discutir a legalidade do DL 1.071/94 que determinou o recolhimento de IOF na liquidação de contratos de câmbio. O Banco Braseg posteriormente foi alienado ao Grupo Itaú (Itausaga). Dada a improcedência dos pedidos em primeira e segunda instância, foram interpostos recursos aos Tribunais Superiores. Pela adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.865/13, a Allianz desistiu da ação e providenciou o pagamento do débito de forma parcelada. Aguarda-se a homologação do parcelamento e arquivamento do processo.

15.5 Ações trabalhistas

Reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Há também ações trabalhistas movidas por prestadores de serviços que

pedem o reconhecimento de vínculo empregatício diretamente com a Seguradora ou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento de verbas trabalhistas que entendem devidas pela empresa prestadora de serviços terceirizados. Existem depósitos judiciais efetuados para garantia e discussão até decisão final.

15.6 Ações cíveis

15.6.1 – Ações cíveis – não relacionados ao produto seguros

Trata-se de ações em trâmite perante varas cíveis, cujos pedidos não estão relacionados ao produto seguro e versam sobre matérias diversas (revisórias, usucapião, adjudicação compulsória, controle de licença da marca registrada, entre outros). A provisão está pautada no valor do pedido ou da condenação.

15.6.2 – Ações cíveis – não relacionadas a sinistros

Ações judiciais ajuizadas por segurados e não segurados para cobrança de indenizações oriundas de reclamações diversas relativas ao contrato de seguro. São constituídas provisões suficientes para o pagamento de eventuais condenações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial.

As contingências, bem como suas despesas, são provisionadas de acordo com os valores prováveis de perda. Os montantes provisionados no circulante e não circulante são respectivamente R\$ 19.093 e R\$ 18 (R\$ 15.676 e R\$ 5.264, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016).

15.7 Sinistros judiciais

Ações judiciais movidas por segurados ou seus beneficiários em decorrência da recusa de pagamento de indenizações ou divergências em relação ao valor da indenização reclamada. São constituídas provisões suficientes para o pagamento das eventuais indenizações e das despesas de acordo com metodologia específica de previsão do montante a ser pago conforme Nota Técnica Atuarial. O montante está classificado na rubrica “Provisão de sinistros a liquidar” e, para garantia da liquidação das ações, em certas ocasiões é requerido que os valores envolvidos sejam depositados judicialmente.

O quadro abaixo demonstra o total dos pagamentos relativos a ações judiciais relacionadas a sinistros.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas	132.752	102.716
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício	275.820	258.614
Processos encerrados sem pagamento no exercício, para os quais haviam provisão constituída	11.081	33.103
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior	7.716	16.854

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social -O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 1.725.891.233 ações (1.407.592.544 em 31 de dezembro de 2016) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 31 de março de 2017 a Assembleia Geral Ordinária aprovou as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Durante o exercício de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, foram realizados os seguintes atos societários com propostas do Conselho de Administração para aumento de capital:

ATO SOCIETÁRIO	VALOR	APROVAÇÃO SUSEP
30/03/2017	99.620	Aprovado - Portaria SUSEP 367/17
30/06/2017	69.734	Aprovado - Portaria SUSEP 538/17

16.2 Reservas de reavaliação – Constituída sobre reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 1º de janeiro de 2008, cuja realização se dá por depreciação ou baixa dos referidos bens, líquida dos encargos tributários.

16.3 Ajustes de avaliação patrimonial - Resultado do valor da avaliação dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2017 o montante registrado nessa rubrica é de R\$ 13.964 (R\$ 1.219 em 31 de dezembro de 2016).

17. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO**17.1 Prêmios ganhos e indicadores de sinistralidade e comissionamento**

Ramos agrupados	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade (%)		Índice de comissionamento (%)	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Automóvel	1.652.358	1.448.578	67%	72%	20%	21%
Patrimonial	428.471	449.989	53%	36%	18%	18%
Transporte	302.722	298.658	53%	34%	18%	16%
Responsabilidades	102.401	145.163	-39%	303%	17%	15%
Rural	115.821	106.985	48%	83%	18%	20%
Pessoas	226.960	(35.770)	76%	-386%	22%	-107%
Demais	57.192	47.924	84%	16%	14%	22%
Totais	2.885.925	2.461.527	60%	81%	20%	20%

Os índices de sinistralidade, em 2016, para os agrupamentos “Responsabilidades” e “Pessoas” foram impactados pela reavaliação de sinistros expressivos e redução nos prêmios.

18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31.12.2017	31.12.2016
18.1 Prêmios emitidos líquidos	3.057.093	2.719.052
Prêmios diretos	2.899.350	2.567.365
Prêmios de cosseguos aceitos	168.820	176.146
Prêmios cedidos em cosseguos	(9.388)	(17.226)
Prêmios - riscos vigentes e não emitidos	(1.689)	(7.233)
18.2 Sinistros ocorridos	(1.736.499)	(1.976.762)
Sinistros - Diretos e cosseguro aceito	(1.673.839)	(1.785.130)
Recuperação de sinistros de cosseguro cedido	(18.468)	6.216
Salvados e ressarcimentos	119.178	112.546
Varição da provisão de IBNR	31.930	(131.073)
Serviços de assistência	(195.300)	(179.321)
18.3 Custo de aquisição	(565.946)	(522.668)
Comissões	(526.198)	(476.478)
Despesa com inspeção de risco	(12.045)	(12.478)
Outras despesas de comercialização	(49.053)	(36.999)
Recuperação de comissões	1.341	674
Varição das despesas de comercialização diferidas	20.009	2.613
18.4 Resultados com resseguro	(286.623)	(29.450)
Prêmios	(435.368)	(566.283)
Recuperação de indenização	238.682	409.945
Salvados e ressarcimentos	(13.217)	(18.855)
Varição da provisão de IBNR	(29.239)	115.807
Varição das provisões técnicas	(47.481)	29.936
18.5 Outras (despesas) / receitas operacionais	(42.429)	18.911
Receitas operacionais de seguros	29.781	31.663
Redução ao valor recuperável-prêmios	8.383	22.191
Redução ao valor recuperável-adiantamento a corretores	6.360	(1.273)
Apuração do ciclo do seguro rural - FERS	6.173	-
Redução ao valor recuperável-bens a venda	627	(2.666)
Consultas e prevenção de riscos	(22.439)	(19.750)
Acordo representação comercial	(22.037)	(7.345)
Cobrança, apólices e contratos	(22.009)	(15.083)
Despesas operacionais de seguros	(21.046)	-
Redução ao valor recuperável-resseguro e cosseguro cedido	(2.237)	15.701
Ações judiciais INSS	(2.132)	(1.704)
Ações judiciais cíveis	(1.968)	(3.746)
Outras receitas	115	923
18.6 Despesas administrativas	(376.621)	(492.424)
Pessoal	(173.500)	(188.864)
Localização e funcionamento	(131.306)	(175.919)
Publicidade e propaganda	(43.835)	(50.857)
Serviços de terceiros	(22.480)	(66.063)
Doações convenio Instituto Ayrton Senna	(2.141)	(1.837)
Outras	(3.359)	(8.884)

18.7 Despesas com tributos	(40.695)	(61.754)
PIS e COFINS	(20.663)	(43.485)
Impostos federais sobre remessa ao exterior-serviços	(11.800)	(6.717)
Taxa de fiscalização - reguladora	(4.138)	(3.299)
Impostos municipais	(1.411)	(2.861)
Impostos sobre operações de resseguros	(1.166)	(2.562)
Demais tributos	(1.517)	(2.830)
18.8 Receitas financeiras	246.845	411.825
Ativos financeiros disponíveis para venda	116.149	84.949
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	55.046	51.682
Operações de seguros e resseguros	39.506	55.121
Atualização monetária outras	10.420	12.517
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	10.195	14.795
Atualização monetária provisões técnicas-direto	7.493	154.465
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	5.466	37.185
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	1.836	-
Outras	734	1.111
18.9 Despesas financeiras	(28.559)	(201.543)
Atualização monetária outras	(7.565)	(26.049)
Operações de seguros e resseguros	(7.068)	(24.008)
Atualização monetária provisões técnicas-resseguro	(6.091)	(102.020)
Atualização monetária provisões técnicas - direto	(3.564)	(46.436)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.411)	-
Atualização monetária - ações fiscais	(329)	(431)
Outras	(2.531)	(2.599)
18.10 Resultado patrimonial	(75.127)	(991)
Ajuste de investimentos em controlada	(86.933)	(11.965)
Receitas com imóveis de renda	11.833	10.992
Despesas patrimoniais	(27)	(18)
18.11 Ganhos e Perdas com ativos não correntes	1.338	(28)
Resultado na alienação de bens do ativo não corrente	1.267	473
Resultado de outras operações	71	(501)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Créditos Tributários e Previdenciários

A rubrica do Ativo circulante referente a créditos tributários e previdenciários está assim constituída:

Curto Prazo	2017	2016
Antecipação de IRPJ e CSLL	8.294	-
IOF a restituir	8.474	-
Tributos federais compensação órgãos publicos	466	1.444
Outros tributos a compensar	211	780
Totais	17.445	2.224

A composição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, registrados no longo prazo, é demonstrada a seguir:

	Saldos em 31.12.2016	Movimentação		Saldos em 31.12.2017
		Constituição	Utilização	
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	26.888	27.047	(26.890)	27.045
Provisões para perdas	13.100	9.817	(13.100)	9.817
Provisões com funcionários	8.122	8.752	(8.768)	8.106
Outras provisões	15.109	10.049	(15.106)	10.052
Prejuízo fiscal	-	70	(70)	-
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	15.986	16.040	(15.984)	16.042
Provisões para perdas	10.479	7.853	(10.480)	7.852
Provisões com funcionários	7.014	6.486	(7.014)	6.486
Outras provisões	12.086	8.039	(12.085)	8.040
Base negativa	-	480	(480)	-
Créditos tributários	108.784	94.633	(109.977)	93.440
Créditos tributários de ajustes de avaliação patrimonial	(1.148)	6.550	(15.439)	(10.037)
(-) Tributos diferidos passivos	(18)	-	18	-
PIS e COFINS - Diferido	-	38.326	-	38.326
Totais	107.618	139.509	(125.398)	121.729

	Saldos em 31.12.2015	Movimentação		Saldos em 31.12.2016
		Constituição	Utilização	
Imposto de Renda				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	29.275	27.579	(29.966)	26.888
Provisões para perdas	21.678	13.100	(21.678)	13.100
Provisões com funcionários	5.860	8.264	(6.002)	8.122
Outras provisões	203	15.106	(200)	15.109
Prejuízo fiscal	102.654	29.332	(131.986)	-
Contribuição social				
Provisões para contingências fiscais e cíveis	13.039	21.391	(18.444)	15.986
Provisões para perdas	13.006	14.815	(17.342)	10.479
Provisões com funcionários	3.681	8.637	(5.304)	7.014
Outras provisões	119	12.125	(158)	12.086
Base negativa	62.466	17.413	(79.879)	-
Créditos tributários	251.981	167.762	(310.959)	108.784
Créditos tributários de ajustes de avaliação patrimonial	17.306	108	(18.562)	(1.148)
(-) Tributos diferidos passivos	(20)	-	2	(18)
Totais	269.267	167.870	(329.519)	107.618

Em 2014 a Seguradora iniciou suas operações utilizando nova plataforma tecnológica, cujo objetivo foi a consolidação de seus sistemas operacionais e a consequente melhoria na capacidade de atendimento das diferentes demandas que o mercado segurador brasileiro exige. Os anos que sucederam a estratégia adotada foram determinantes para comprovação da recuperação operacional apresentada ao final de 2017. Não obstante, os efeitos desta reestruturação operacional impactaram os resultados tributáveis da Seguradora e comprometeram a realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. Com efeito a realização do ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias dedutíveis foi sensivelmente afetada.

Tendo em vista os preceitos contidos no CPC 32, o qual estabelece que a apresentação de histórico de perdas fiscais recentes pela entidade deve ensejar que o reconhecimento do ativo fiscal diferido, advindo de diferenças temporárias, deverá na medida em que se tenha diferenças temporárias tributáveis suficientes ou existam outras evidências convincentes de que haverá disponibilidade de lucro tributável suficiente no futuro.

Diante deste cenário, e com base nas premissas abaixo, a Seguradora realizou um estudo técnico para demonstrar que haverá disponibilidade de lucro tributável para absorver os créditos tributários citados, quais sejam: (i) Projeções de resultados futuros utilizando premissas aprovadas pelo Grupo Allianz; (ii) Comparação entre as diferenças temporárias dedutíveis com lucro tributável futuro com objetivo de demonstrar a extensão em que o lucro tributável futuro será suficiente para a Seguradora deduzir os montantes resultantes da reversão dessas diferenças temporárias dedutíveis; e (iii) Desconsideração dos

valores tributáveis advindos de diferenças temporárias dedutíveis que se espera que se originem em períodos futuros.

Com base no estudo realizado, evidenciou-se que a Seguradora apresenta uma capacidade de absorver os créditos tributários até o ano de 2023, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa do ano de realização	Valor
2018	18.279
2019	22.605
2020	10.719
2021	14.788
2022	4.670
2023	22.379
Total	93.440

19.2 Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo do imposto de renda e contribuição social juntamente com a sua composição das contas de resultados.

	31.12.2017	31.12.2016
Resultado antes dos impostos e após as participações	(35.718)	(413.323)
Alíquotas nominais:		
IRPJ - 25%	8.930	103.331
CSLL - 20%	7.144	82.665
Provisões para contingências fiscais e cíveis	(284)	5.532
Provisões para perdas	5.910	15.440
Provisões com funcionários	909	(2.109)
Ajuste de equivalência patrimonial	(39.120)	(5.385)
Outras provisões	9.383	(28.575)
Outros ajustes permanentes	7.376	2.480
Compensação e Incentivos fiscais	195	-
Tributos diferidos correntes	443	173.379
Créditos tributários sobre diferenças temporais	(15.344)	21.923
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(480)	(338.497)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.381)	(143.195)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, seu controlador em última instância e empresas ligadas, sua controlada, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05. A remuneração paga aos administradores, registrada na rubrica "Despesas administrativas", referentes a benefícios de curto prazo, totalizou no exercício de 2017 R\$ 6.254 (R\$ 7.594 em 31 de dezembro de 2016).

A Seguradora compartilha com a sua controlada Allianz Saúde S.A. certos componentes da estrutura operacional e administrativa que se baseiam nas seguintes operações: (a) os colaboradores da Seguradora são beneficiários de seguro-saúde contratado junto a Allianz Saúde; (b) os colaboradores da Allianz Saúde são beneficiários de seguro de vida contratados junto à Seguradora.

Com as demais empresas relacionadas à Seguradora mantém transações decorrentes de intermediação de operações de seguros e assistência de seguros (S), resseguros (R), prestações de serviços e serviços administrativos (P).

PARTES RELACIONADAS	Tipo	31.12.2017				31.12.2016			
		ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
Allianz SE	R / P	11.625	13.797	3.373	(29.631)	23.690	35.504	25.911	(42.444)
Allianz Global Corporate & Specialty	R	300.043	70.994	180.303	(26.977)	69.452	109.907	801	(8.622)
Allianz Global Corporate & Specialty Resseg Brasil S.A.	R	103.485	136.373	102.787	(189.853)	553.344	86.837	245.067	(294.421)
Allianz Argentina Compañía de Segs	P	-	-	-	(37)	-	-	-	-
Allianz Compañía Seg y Reaseguros	P	-	-	-	(3.524)	-	-	-	(160)
Allianz do Brasil Participações Ltda	P	37	-	433	-	34	-	334	-
Allianz Investment Management SE	P	-	-	-	(221)	-	-	-	(123)
Allianz Managed Operations & Serv S	P	-	-	-	(714)	-	-	-	(1.432)
Allianz Saúde S.A.	S	147	-	1.692	(10.412)	250	-	1.603	(13.942)
Allianz Global Health GMBH	P	-	-	-	(937)	-	-	-	-
Allianz Technology	P	-	-	-	(706)	-	-	-	-
Allianz Worldwide Care	P	-	-	-	(150)	-	-	-	(137)
AMOS IberoLatAm S.L.	P	-	7.618	-	(29.327)	-	7.166	-	(24.055)
AWP Service Brasil Ltda (Mondial)	S	-	20.215	5	(163.903)	-	17.365	456	(144.836)
Brasil de Imóveis e Participações Ltda	P	8	-	92	-	8	-	87	-
Corsetec Sociedade Corretora de Seguros	S	8	-	92	(21)	8	6	87	(31)
Euler Hermes Seguros de Crédito S.A.	P	5	-	51	-	32	-	51	-
Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda	P	3	-	34	-	23	-	36	-
Mindseg Corretora de Seguros Ltda	S	-	118	-	(840)	-	-	-	(99)
Totais		415.361	249.115	288.862	(457.253)	646.841	256.785	274.433	(530.302)

21. PROGRAMA DE INCENTIVOS BASEADO EM AÇÕES

O Grupo Allianz oferece, em nível mundial, o programa *Allianz Equity Incentive* (AEI) com objetivo de fomentar a atuação dos principais executivos a longo prazo.

O programa de remuneração é garantido em forma de RSUs (*Restricted Stock Units*), uma ação virtual, mensurada na data de concessão pelo valor da remuneração do executivo, dividido pelo valor de mercado médio das ações da Allianz SE.

O período de aquisição do direito à remuneração é de 4 anos, e ao final deste período, as RSUs são valorizadas pelo valor de mercado médio atualizado das ações. O pagamento do programa é limitado a 200% da valorização da ação no período e liquidado, exclusivamente, em caixa.

O valor de mercado médio das ações é obtido através da média aritmética do preço de fechamento das ações da Allianz SE no sistema eletrônico da bolsa de valores de Frankfurt na data de exercício do benefício e dos nove dias imediatamente antecedentes e subtraído do valor presente de dividendos esperados a pagar para cada ação durante o período de aquisição.

Todas as informações relativas ao programa são calculadas e processadas pela matriz, que distribui mensalmente os saldos a serem registrados pelas empresas do Grupo.

A parcela constituída como obrigação a pagar tem como contrapartida a despesa na demonstração de resultados. O montante apurado é transferido para o Grupo através de operação cambial, que por sua vez adquire e administra o portfólio de ativos financeiros que serão novamente transferidos para a Seguradora quando o benefício de concessão for exercido pelo executivo. Os ativos constituídos totalizaram, ao final de 2017, R\$ 4.107 (R\$ 5.791 em 2016).

Os saldos registrados na rubrica "Obrigações a pagar" (nota 11) referentes ao programa AEI estão demonstrados no quadro abaixo.

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2016	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao			Saldo em 31.12.2017
			valor de mercado	Varição cambial	Transferê ncia	
AEI 2013	1.825	(1.973)	167	(19)	-	-
AEI 2014	995	-	686	212	(1.204)	689
AEI 2015	808	-	638	179	(866)	759
AEI 2016	439	-	441	104	(437)	547
AEI 2017	383	-	362	89	(310)	524
AEI 2018	-	256	232	22	(148)	362
Total	4.450	(1.717)	2.526	587	(2.965)	2.881

Ano de concessão	Saldo em 31.12.2015	Emissão / (Exercício)	Ajuste ao			Saldo em 31.12.2016
			valor de mercado	Varição cambial	Transferê ncia	
AEI Exercícios anteriores	2.306	(2.306)	-	-	-	-
AEI 2013	3.494	(2.880)	(404)	(210)	-	-
AEI 2014	1.790	-	385	(350)	-	1.825
AEI 2015	988	(108)	309	(194)	-	995
AEI 2016	805	(270)	458	(185)	-	808
AEI 2017	493	(342)	429	(141)	-	439
AEI 2018	-	208	221	(13)	(33)	383
Total	9.876	(5.698)	1.398	(1.093)	(33)	4.450

22. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Determinadas normas, interpretações ou alterações serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018 ou exercício posterior. Para a preparação das referidas demonstrações financeiras a Administração não considerou a adoção das referidas normas e não pretende adotá-las de forma antecipada.

- CPC 48 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros e será aplicável quando referendada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.
- IFRS 16 – *Leasing*, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de arrendamentos. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Este pronunciamento altera de maneira substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. A IFRS 16 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- IFRS 17 – Contratos de seguros, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Os possíveis impactos decorrentes da aplicação das referidas normas acima, interpretações ou alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

- Resolução CNSP nº 360 de 20 de dezembro de 2017 - Risco de Crédito, que traz mudanças nas exposições em relação às congêneres e investimentos, inclusive, estabelece novos fatores multiplicadores a serem adotados na parcela 2 de Risco de Crédito. As mudanças instituídas serão implementadas gradualmente e conseqüentemente reduzirão a necessidade de capital.

Os novos fatores multiplicadores são:

- a) 8,625% de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018; e
- b) 8% a partir de 1º de janeiro de 2019.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

DIRETORIA:

ATUÁRIO:

Almir Martins Ribeiro
Atuário MIBA nº 707

CONTADOR:

Fernando Siqueira Alencar
Contador CRC 1SP213784/O-0

ALLIANZ SEGUROS S.A.
CNPJ nº 61.573.796/0001-66



www.allianz.com.br

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Allianz Seguros S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.

Economia e Mercado Segurador

Mesmo com o fim da recessão técnica, o país sente os efeitos da pior crise recessiva de sua história e amarga índices ainda elevados de desemprego e baixo crescimento do PIB.

Amparado pela perspectiva de queda de inflação, o Banco Central manteve, em 2017, sua política de redução da taxa de juros. No ano foram oito reduções, totalizando uma queda de 6,75% na Selic, de 13,75% a.a. para 7% a.a., menor patamar histórico. A inflação oficial medida pelo IPCA alcançou 2,95% e ficou abaixo do piso da meta fixada pelo governo, de 3%. Segundo o IBGE, durante o exercício de 2018, a economia não deverá sofrer fenômenos atípicos que alterem o índice significativamente.

As reformas estruturais não avançaram como deveriam e tampouco auxiliaram o país durante o exercício de 2017. Apesar da aprovação da reforma trabalhista com vigência a partir de novembro de 2017, não foi possível ainda avaliar o impacto dessa medida na economia. Devido às fortes resistências na Câmara dos Deputados para a aprovação da reforma da previdência durante um ano eleitoral, o Governo Federal parece ter mudado o foco da agenda política para a busca do restabelecimento da segurança e ordem nacional, principalmente no estado do Rio de Janeiro.

Apesar disso, para 2018 a expectativa é de crescimento significativo do PIB com inflação controlada e consequente manutenção da taxa de juros nos níveis atuais, com possibilidade de quedas adicionais. O mercado de trabalho também deverá reagir positivamente, apesar das incertezas com as eleições desse ano.

Segundo a CNSeg o mercado segurador deverá registrar um crescimento entre 9% e 10,5% em 2018. As expectativas para 2018 consideram uma agenda que contemple a reestruturação do microsseguros, redução de custo regulatório e custos da transação, dentre outros assuntos.

Indicadores de desempenho

Durante o ciclo de reestruturação operacional vivenciado pela Seguradora, diferentes ações foram concebidas e implementadas que objetivaram a recuperação do crescimento operacional, a excelência na prestação de serviços junto aos parceiros de negócios e o pleno atendimento às necessidades dos clientes. Ao final de 2017 os prêmios emitidos líquidos da Seguradora totalizaram R\$ 3,1 bilhões (R\$ 2,7 bilhões em 2016), representando um aumento de 12,4%, quando comparado ao mesmo período anterior. Os principais grupos que contribuíram para este crescimento foram automóveis 25,8% e pessoas 19,4%. Os sinistros ocorridos totalizaram R\$ 1,7 bilhão (R\$ 2 bilhões em 2016), reduzidos em 12,2%, quando comparado ao mesmo período anterior. O resultado operacional foi expressivamente reduzido e totalizou R\$ (19,7) milhões (R\$ (393,3) milhões em 2016), com destaque para as despesas administrativas que totalizaram R\$ 376,6 milhões (R\$ 492,4 milhões em 2016) uma redução de 23,5%. O prejuízo apresentado em 2017 foi de R\$ 51,1 milhões (R\$ 556,5 milhões em 2016), influenciado pelo resultado na participação em empresa controlada R\$ (86,9) milhões.

Investimentos

Os investimentos em participações societárias, títulos de renda fixa, fundos de investimento e outros investimentos permanentes alcançaram, ao final de 2017, o montante de R\$ 2,2 bilhões.

Através do estudo do seu fluxo de caixa, a Seguradora considera deter capacidade financeira, e em atendimento à Circular SUSEP 517/15, manifesta a sua intenção de observar os prazos de resgate originais dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento", que somam R\$ 374,3 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Reestruturação Operacional e Planejamento Estratégico

A reformulação sistêmica iniciada pela Seguradora em 2014 teve como objetivo principal a consolidação das suas bases de dados e foi projetada para tornar mais eficientes os serviços prestados, aliando qualidade e excelência exigida pelos clientes. Os passos seguintes à implantação da nova plataforma tecnológica foram amplamente discutidos e aprovados pelo Grupo, que por sua vez

garantiu a manutenção dos negócios e da operação realizando aportes de capital de forma consistente, evidenciando desta forma a importância e o enorme potencial de crescimento da atividade seguradora no Brasil. É certo que a Seguradora registrou prejuízos nos últimos exercícios, sendo necessário o desconhecimento de créditos tributários de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a manutenção dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias está diretamente ligada à geração de lucros tributáveis que permitam a realização daqueles créditos conforme mencionado na nota explicativa 19.1.

A execução do Planejamento Estratégico tem como principal objetivo aumentar a produtividade operacional da Seguradora, utilizando para isto os recursos disponíveis de forma eficiente e consistente.

Para 2018 a Administração intensificará a diversificação dos produtos oferecidos pela Seguradora e continuará sua política de redução de custos operacionais, administrativos e financeiros através da otimização tecnológica que permita a integração entre as diferentes estruturas mantidas pela Seguradora. A Seguradora também implantará sua estratégia digital em 2018. Focada no ganho de agilidade, mobilidade e autonomia, a estratégia digital estabelecerá um novo patamar de negócios e revolucionará a forma como nossos corretores parceiros atuam no mercado segurador.

Política de Reinvestimentos de Lucros e Distribuição de Dividendos

A destinação do lucro apurado em cada exercício social é proposta pelo Conselho de Administração, por ocasião das demonstrações financeiras. A aprovação desta proposta está condicionada ao parecer dos Acionistas da Seguradora, devidamente registrado em Ata na qual constará, entre outras informações, e caso aplicável, a parcela do lucro líquido ajustado que será distribuída a título de dividendos e a parcela do lucro que será retida para preservação e manutenção do capital social aplicado.

Aos acionistas fica assegurado, pela legislação societária, o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei.

Em 31 de dezembro de 2017 a Seguradora apresentou prejuízo de R\$ 51,1 milhões, não sendo proposta distribuição de dividendos.

Allianz Seguros: proteção à sociedade, foco no corretor de seguros e sustentabilidade

A Allianz Seguros faz parte do Grupo Allianz, maior grupo segurador da Europa baseada em valor de mercado, com mais de cento e vinte e cinco anos de história. No Brasil, atua há cento e catorze anos. O Grupo está presente em mais de setenta países e conta com mais de cento e quarenta mil colaboradores e seis milhões de clientes em todo o mundo. Hoje, o Grupo Allianz está entre as três maiores seguradoras não-vida e é uma das cinco maiores empresas globais no ramo de vida e saúde e também está entre os cinco maiores gestores de ativos no mundo.

A Allianz atua no Brasil pautada na proteção à sociedade, no desenvolvimento do setor e no compromisso com a sustentabilidade. Para colocar em prática a atitude de “transformar valores em ações”, possui parceria com o Instituto Ayrton Senna, desenvolve ações de responsabilidade social corporativa e investe em programa de educação financeira voltado a crianças e adolescentes, conforme abaixo:

- **Allianz Auto Instituto Ayrton Senna:** primeiro seguro de automóvel do Brasil com benefício social, o Allianz Auto Instituto Ayrton Senna reflete a convicção da Allianz sobre a importância do investimento em educação, somada à identificação da marca com a do Instituto e com a figura que o inspirou. Parte do valor de cada apólice desse seguro emitida pela Allianz Brasil é revertida para o Instituto Ayrton Senna – entidade com 23 anos de atuação que beneficia cerca de 1,5 milhão de alunos em mais de 660 municípios brasileiros e capacita quase 50 mil educadores por ano. O Instituto é referência como organização não governamental voltada para a educação de crianças e jovens em todo o País. Essa parceria deve ajudar 75 mil estudantes em cinco anos de contrato.
- **Associação Beneficente dos Funcionários do Grupo Allianz (ABA):** Fundada em 1994, a Associação proporciona espaço de convívio para crianças e adolescentes em horários alternados ao da escola, moradores (as) da Comunidade Santa Rita, (zona leste da cidade de São Paulo). Busca gerar oportunidades de crescimento pessoal e social por meio de diversas linguagens (artes visuais, artes digitais, ballet clássico), atividades desportivas (xadrez, natação, jogos cooperativos...) e os Programas de Desenvolvimento Socioemocional (aprender a lidar com as emoções), Programa de Desenvolvimento Estudantil e Profissional (parceria com o CIEE) e o Programa de Ações Sustentáveis (envolvimento e participação da comunidade local). Mais de 6 mil crianças já foram atendidas. Acreditamos que de forma contínua, permanente e com perspectiva de inclusão, possamos contribuir ainda mais para o desenvolvimento desta comunidade.
- **My Finance Coach:** iniciativa de voluntariado corporativo, premiada pela ONU, com a proposta de levar educação financeira a crianças e adolescentes. Já atingiu mais de 270 mil estudantes pelo mundo, com aulas ministradas por colaboradores voluntários do Grupo Allianz. Na Allianz Seguros,

desde o lançamento da iniciativa no país, foram treinados mais de 200 voluntários que já impactaram mais sete mil alunos na faixa de 10 a 18 anos.

No DNA do Grupo Allianz: proteção à sociedade

O compromisso com o desenvolvimento sustentável apoia o crescimento do Grupo Allianz em longo prazo, ideia que é amplamente difundida na Seguradora. Prova disso é que a palavra “sustentabilidade” deixou de ser para a empresa, há muito tempo, um simples conceito para se tornar seu modelo de operação.

O Grupo é líder em seu segmento no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, da bolsa de Nova York, do qual faz parte desde 2000, e é apontada como uma das pioneiras no *Carbon Disclosure Project*, além de ser membro da Transparência Internacional e de apoiar os princípios do Pacto Global das Nações Unidas e as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Multinacionais, por meio de seu Código de Conduta.

No Brasil, a Allianz Seguros investe continuamente na redução do consumo de recursos naturais por meio de mudanças na infraestrutura. Seguem algumas das iniciativas:

- **Sustentabilidade começa em casa:** a matriz da empresa, em São Paulo, possui certificação *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED) Silver, conferida a edificações que seguem os padrões internacionais de sustentabilidade por apresentarem diversos dispositivos ecoeficientes, como reutilização de água, consumo controlado de energia, entre outros.
- **Gestão de resíduos:** a Seguradora desenvolve também um projeto de coleta de salvados, no qual se responsabiliza pela coleta do veículo considerado sucata e de outros bens sinistrados para que seja feito o descarte de maneira ecologicamente correta. A Allianz orienta suas oficinas parceiras a fazer a destinação correta das peças, óleos, pneus e qualquer tipo de sucata de automóveis que passam por reparo.

Allianz Seguros: uma marca de presença no Brasil

A Allianz Seguros está presente no mercado brasileiro não só por meio de seus seguros. A marca é associada a parcerias de valor, que proporcionam entretenimento de qualidade a milhares de pessoas.

- **Arena multiuso:** a Allianz dá nome à arena **Allianz Parque**, em São Paulo (SP), em um importante investimento para firmar a marca Allianz no Brasil e o maior já feito pela Seguradora no País. Em 2017, a arena foi palco de grandes eventos esportivos, corporativos e shows, como os de Justin Bieber, Elton John, Sting, Coldplay e Paul McCartney.
- **Referência como a seguradora oficial:** a Allianz também está presente nas salas de cinema Cinépolis, com a exibição do trailer de segurança personalizado. O objetivo da parceria entre a rede de cinema e a Allianz, no entanto, vai além de informar o usuário sobre segurança. Com o alcance da ação, que atinge em torno de 25 milhões de pessoas por ano, a Seguradora reforça a ligação da Allianz com esse tema para o grande público e, ao mesmo tempo, faz-se presente em praças segmentadas em um momento de lazer, gerando simpatia para com a marca.

Prêmios e reconhecimentos

No exercício de 2017, a Allianz conquistou os seguintes reconhecimentos:

Prêmio Cobertura Performance 2017 na categoria Responsabilidade Civil Transportes Desvio de Cargas (RCF-DC).

Top of mind Estádio de RH na categoria Saúde, a Allianz Saúde ficou entre as empresas Top 5, mas não foi vencedora do 1º lugar.

Prêmio Melhores Empresas em Satisfação dos clientes. A Allianz foi reconhecida entre as 100 melhores empresas do Brasil em satisfação dos clientes, de acordo com pesquisa elaborada pelo Instituto MESC.

Prêmio Gaivota de Ouro na categoria E&O.

14º Prêmio Segurador Brasil na categoria Condomínio, Riscos Rurais, Riscos de Engenharia, Vida Individual, Responsabilidade Civil – E&O, Habitacional e Lucros Cessantes.

Agradecimentos

Aos acionistas pelo apoio operacional e estratégico. Aos nossos segurados e corretores pela confiança na marca Allianz. Aos nossos colaboradores pela dedicação, ética e sobretudo pelo comprometimento com a qualidade das informações prestadas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Allianz Seguros S.A. é um órgão estatutário, subordinado ao Conselho de Administração, constituído em atendimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

No cumprimento de suas atribuições o Comitê participou de reuniões com as áreas de contabilidade, de *compliance*, de riscos e controles internos, atuarial, de sinistros, de resseguros e com os auditores internos e externos, conferindo, por meio de diferentes fontes e análise de relatórios, as informações sobre os assuntos considerados relevantes.

Com base nas informações recebidas e nas observações efetuadas, o Comitê entende que o sistema de controles internos da Allianz Seguros S.A. é adequado ao porte e complexidade de seus negócios e avalia como efetiva a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela auditoria interna e pela KPMG Auditores Independentes.

Os trabalhos realizados pela auditoria interna e pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que pudessem influir ou comprometer as informações constantes das demonstrações financeiras.

O Comitê analisou procedimentos relacionados com o processo de preparação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como das práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das mesmas, verificando que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com base nas revisões e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração da Allianz Seguros S.A. a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018

COMITÊ DE AUDITORIA